



ZERO

CURSO DE JORNALISMO

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2007

ANO XXV

Nº 2



Manifestação de fé

Em Aparecida do Norte (SP), fiéis se amontoam para ver o papa. Em Florianópolis (SC), multidão é fiel à luta contra o reajuste na tarifa de ônibus
PÁGINAS 8, 9, 10 e 11

ENTREVISTA:
A incansável
carreira de
Salim Miguel
PÁG. 3

ZERO 25 ANOS:
Ex-coordenador
vence processo
judicial
PÁG. 4

Azar no jogo:
VIDEOLOTERIAS
proibidas em
Santa Catarina
PÁGS. 6 e 7

A loucura de
CAMILLE CLAUDEL
e outros
artistas
PÁG. 13

No meio da multidão

A edição que lhe chega às mãos demorou um pouco mais que o planejado para sair, mas o atraso tem uma boa justificativa. Não podíamos simplesmente ignorar os protestos contra mais um aumento na tarifa do transporte coletivo de Florianópolis. No final de maio, os manifestantes foram às ruas do centro da Capital e protagonizaram aquela que parecia ser a nova "Revolta da Catraca", como ficaram conhecidas as manifestações que em 2004 e 2005 conseguiram derrubar os reajustes no preço da passagem.

Os dois episódios passados foram retratados com primor pela equipe do **Zero** e não poderíamos fazer feio desta vez. Fomos às ruas também. Os crachás de imprensa não adiantaram muito na hora em que a Polícia Militar começou a atirar bombas de efeito moral e balas de borracha para todo lado. Tivemos que correr. Mais difícil que suportar o cheiro do *spray* de pimenta foi manter a tão propalada imparcialidade. A verdade é

que, no final do protesto, nossos repórteres, involuntariamente, engrossavam o coro: "Vem! Vem! Vem pra luta vem, contra o aumento!".

O **Zero** deste mês traz ainda outros assuntos além das manifestações. Guardamos as páginas centrais para a cobertura da primeira visita do papa Bento XVI ao Brasil, fato menos comum que os corriqueiros aumentos da tarifa do transporte urbano. A vinda do pontífice foi conferida de perto pelos repórteres Dalmo Borba e Murilo Mellio. Os dois foram até o Santuário de Aparecida (SP) acompanhar a chegada do chefe da Igreja Católica e relatam, em um diário de viagem, o que viram, fizeram e sentiram enquanto milhares de pessoas esperavam pelo papa. O resultado é uma mistura do Jornalismo Gonzo com o Literário, elaborada com muito prazer pelos dois estudantes.

A edição conta ainda com textos sobre a questão das videoloterias em Santa Catarina e a exposição no Centro

Integrado de Cultura (CIC) da obra da escultora francesa Camille Claudel. Uma novidade é que o chargista da edição passada, Lucas Neumann, escreveu três deliciosas matérias sobre histórias em quadrinhos ou *graphic novel*, como prefere chamar.

Para finalizar, dando sequência à comemoração das bodas de prata do **Zero**, a matéria que leva o selo dos 25 anos resgata a história da denúncia, em 1998, de pagamento de aluguel superfaturado por parte da Receita Federal. Devido à matéria dos hoje jornalistas Alexandre Brandão, Pedro Valente, Grasiela Costa e Filipe Bezerra, o professor Henrique Finco, na época à frente do jornal-laboratório, foi processado depois que a reportagem investigativa denunciou o problema. Felizmente, em 2003 a Justiça deu ganho de causa ao professor. Na sentença, o juiz ressaltou a importância da sociedade fiscalizar a Administração Pública. Estamos de olho!

Boa Leitura!



Bibiana Beck

Será que dessa vez baixa?

O coro "Amanhã vai ser maior" dos manifestantes que foram às ruas contra o aumento na tarifa do transporte público em Florianópolis não se concretizou. Na última quinta-feira do mês de maio, cerca de 4 mil protestaram no centro da Capital com a esperança de reverter o reajuste, assim como aconteceu em 2004 e 2005. O episódio teve direito a confronto com a polícia, depredação e tudo o que remetia a uma nova Revolta da Catraca. No entanto, o movimento esfriou. Houve um feriado no começo de junho e, naquela semana, não aconteceram muitos protestos, apenas algumas manifestações referentes ao Dia do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho.

O preço da passagem subiu 5,5% no cartão e 14,3% para quem paga em dinheiro. Os novos valores entraram em vigor em 27 de maio e, até agora, o prefeito Dário Berger não deu sinal de que voltará atrás na decisão.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Curso de Jornalismo da UFSC
Florianópolis, maio de 2007
Ano XXV • Número 2
Fechamento: XX de maio

REDAÇÃO DO JORNAL
Curso de Jornalismo
UFSC - CCE - JOR
Trindade - Florianópolis, SC
CEP 88040-900

EDIÇÃO

Andressa Taffarel • Annelize Conti
Bruna Wagner • Evandro Bordignon
Isadora Peron • Priscila Grison
Taise Bertoldi • Fernanda Peres

EDITORAÇÃO

Andressa Taffarel • Guilherme Carrion
Tiago Agostini • Vanessa Campos

FOTOGRAFIA

Bruna Wagner • Evandro Bordignon
Fernanda Fava • Jonathas Mello

REPORTAGEM

Ariela Diniz • Bruna Wagner
Dalmo Borba • Daniela Kirst
Evandro Bordignon
Felipe Monteiro • Fernanda Fava
Fernanda Peres • Heitor Cardoso
Isadora Peron • Jonathas Mello
Lucas Neumann • Murilo Mellio
Patrícia Pratts • Taise Bertoldi
Vanessa Campos • Vera Flesch

ILUSTRAÇÃO

Jonathas Mello
Lucas Neumann • Adorno

MONITORIA

Lucas Neumann • Adorno

PROFESSOR COORDENADOR

Lucio Baggio

INFORMAÇÕES

IMPRESSÃO: Diário Catarinense
CIRCULAÇÃO: Nacional
DISTRIBUIÇÃO: Gratuita
TIRAGEM: 5.000 exemplares

TELEFONES

+55 (48) 3721.6599 • 3721.9490
3721.9215 • FAX: 3721.9490

NA INTERNET

SITE: www.zero.ufsc.br
E-MAIL: zero@cce.ufsc.br

★★★★★

Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS
1988, 89, 90, 91, 92 e 98

★

3º melhor
Jonal-laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★

Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000

“Enquanto puder, continuarei a escrever”

Aos 83 anos, Salim Miguel, escritor libanês radicado em Florianópolis, chega ao 27º livro com *O sabor da fome*

TALITA GARCIA

DANIELA KIRST

Libanês de nascimento, mas catarinense de criação, o escritor Salim Miguel, 83 anos, acaba de lançar *O Sabor da Fome*, seu 27º título. A obra traz 16 contos de estilos e épocas diferentes: 12 deles foram escritos no início deste século, dois na década de 90, um em 1948 e o outro no ano seguinte.

Considerado um dos nomes mais importantes da literatura contemporânea, escreveu romances, crônicas, críticas literárias e novelas. Salim recebeu prêmios como o da União Brasileira de Escritores em 1994, da Associação Paulista de Críticos de Artes em 1999 e, em 2002, o Prêmio Juca Pato, promovido pela União Brasileira de Escritores e pela *Folha de S. Paulo*.

O escritor chegou ao Brasil em 1927, com três anos de idade. Morou algum tempo na cidade de Magé (RJ), mas logo se mudou para Biguaçu, onde viveu até 1943, antes de fixar residência em Florianópolis. Na capital catarinense, descobriu a biblioteca pública do Estado, onde passava horas mergulhado nos livros. Um dia, não satisfeito apenas com a biblioteca, Salim tornou-se sócio de uma livraria que manteve aberta até o Golpe Militar de 1964, quando foi invadida e teve os livros queimados. Na época, ficou preso por 48 dias por ser considerado de esquerda, vender livros de autores comunistas e trabalhar para a Agência Nacional, órgão de divulgação do governo de João Goulart.

Como jornalista, trabalhou durante 40 anos. Foi repórter e chefe de redação da editora Bloch, do Rio de Janeiro, escreveu para jornais e revistas de Santa Catarina, além de ser nomeado para comandar o escritório da Agência Nacional no estado, em 1962.

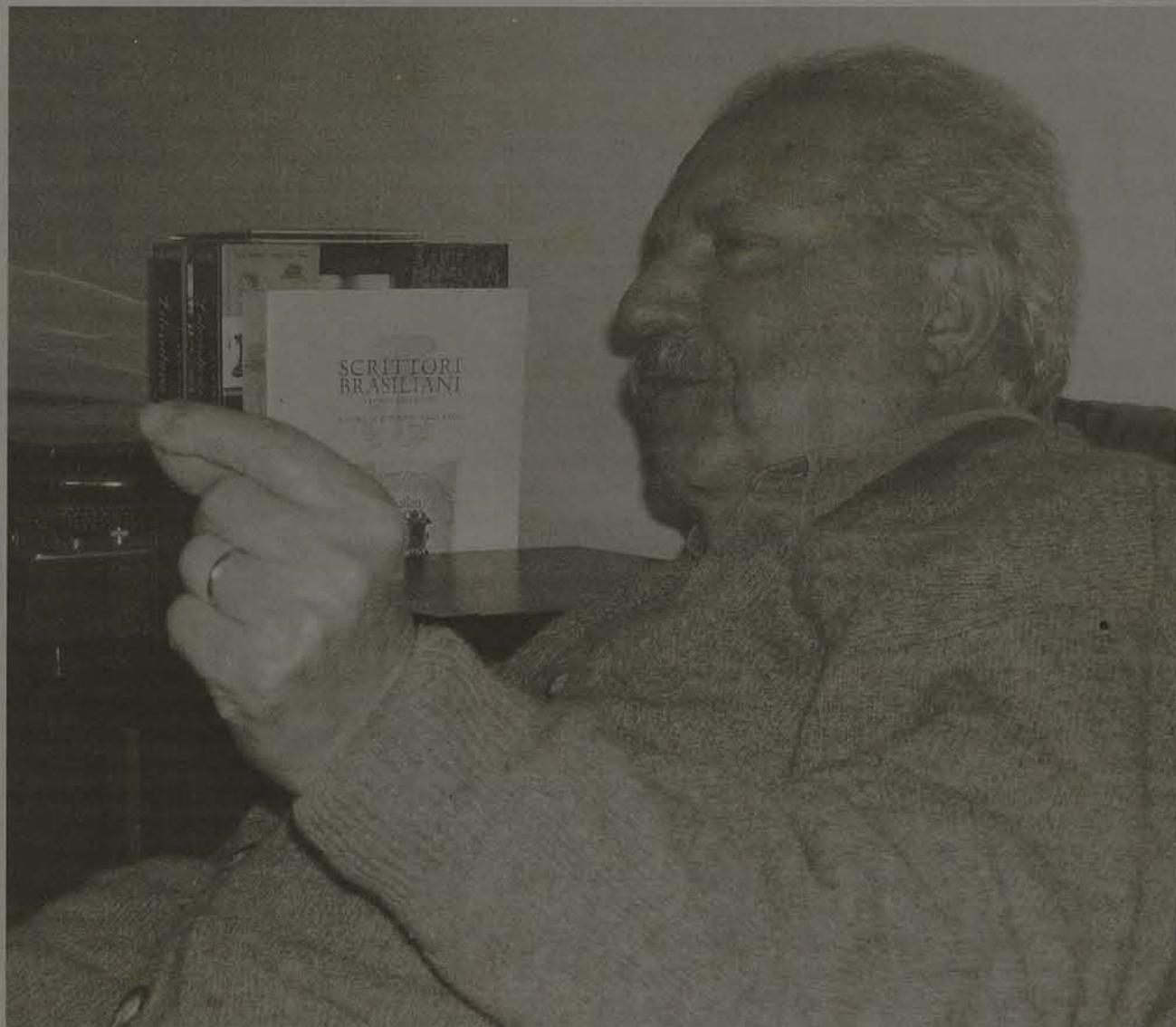
A partir da década de 50, começou atuar no cinema e no teatro. Em 1957 roteirizou *O Preço da Ilusão*, primeiro longa-metragem catarinense, juntamente com sua esposa, a também escritora Eglê Medeiros. Em 1962 organizou o I Festival de Cinema Novo Brasileiro e em 1978 adaptou para o cinema *A Cartomante*, de Machado de Assis. Sua participação na cinematografia nacional lhe rendeu, em 1994, a nomeação, pelo Ministério da Cultura, de membro da Comissão de Resgate do Cinema Brasileiro.

ZERO: Quando começou o seu interesse por literatura?

Salim Miguel: Logo que fui alfabetizado, comecei a ler e a escrever muito. Quando não tinha nada para ler, pegava jornais velhos, anúncios e até almanaques de laboratórios farmacêuticos, que eram comuns na época. Um dia isso não foi mais suficiente e então fui conversar com um poeta cego, dono de uma livraria, para pedir livros emprestados. Ele não concordou em me emprestar, mas sugeriu que eu lesse para ele. Passava de três a cinco horas por dia lendo todo o tipo de livro que se possa imaginar, livros que muitas vezes nem eu nem ele entendíamos, mas líamos pelo simples prazer de ler.

Z: Existe algo de autobiográfico nos seus livros?

SM: Todo escritor, por mais que diga que não, utiliza algo da vida dele no que escreve. Mas é preciso transformar isso num projeto de literatura. Se ele quer falar da própria vida, faz memórias ou autobiografia. Em alguns de meus livros existem elementos da minha vida, como é o caso de *Nur na Escuridão*, que narra a trajetória de uma família de imigrantes.



INTERAÇÃO Salim garante que parte do que escreve na literatura deve-se ao seu trabalho como jornalista

“Passava de três a cinco horas por dia lendo para um poeta cego livros que muitas vezes nem eu nem ele entendíamos, mas líamos pelo simples prazer de ler.”

Em outros textos aparece incidentalmente alguém que a crítica acha que sou eu, mas na verdade são elementos de passagens da minha vida ou de situações que presenciei e que transformo em literatura.

acredito muito em inspiração. Eu acredito em três coisas: vocação, talento e persistência.

Z: O senhor também já trabalhou com cinema e teatro. Qual o seu interesse por essas áreas?

SM: Hoje o jornalista trabalha dentro de uma área específica. Quando comecei era diferente, nem tinha curso de Jornalismo. O profissional aprendia no dia-a-dia da redação e devia ter um interesse geral. Por isso me interessei por absolutamente tudo na área de cultura. Gosto muito de artes plásticas, teatro, música e cinema. Eu me diversifiquei muito, mas sempre centrado no jornalismo e na literatura.

Z: O senhor se inspira em algum escritor?

SM: Na medida em que vamos lendo, nos aproximamos mais de certos escritores. É difícil escolher um livro, mas se tivesse que escolher, diria que dois me marcaram mais: *As mil e uma noites* e *Dom Quixote de la Mancha*.

Z: O que representam na sua vida os prêmios que o senhor recebeu?

SM: Os prêmios, primeiro, mostram que o autor tem algum talento e, segundo, ajudam na trajetória do escritor. Passei a vender mais e a ser mais conhecido após a primeira edição de *Nur na Escuridão*, que conquistou importantes prêmios literários do país. Tudo isso, é claro, ajuda a motivar o ego.

Z: Fez alguma diferença para o senhor ser também um jornalista?

SM: Para muitos escritores, o jornalismo atrapalha, mas no meu caso não. Devo parte do que escrevo ao meu trabalho como jornalista, porque não

Z: Qual a sua opinião sobre a produção literária catarinense?

SM: A literatura em Santa Catarina tem nomes muito importantes, mas infelizmente nunca teve um projeto cultural. Além disso, sempre pensamos que o próximo governador vai se preocupar um pouco mais com a cultura, mas cada um que passa é pior que o anterior. O atual governador por pouco não acabou com a biblioteca pública do Estado, que tem 153 anos e é uma das três mais antigas do país. Ela possui um acervo de valor inestimável, toda a história de Santa Catarina se encontra nela.

Z: O senhor lançou seu último livro há menos de um mês. A intenção é parar por aí ou continuar escrevendo?

SM: Como não sei fazer outra coisa, pretendo continuar escrevendo. Tanto que em fevereiro terminei *O Sabor da Fome*, um livro de contos que foi lançado em maio, na Capital. Enquanto eu tiver saúde e idéias na cabeça, pretendo continuar.

Justiça confere ganho de causa ao Zero

Matéria que denunciou esquema de superfaturamento no aluguel do prédio da Receita sofreu processo por calúnia

EVANDRO BORDIGNON
HEITOR CARDOSO

Em setembro de 1998, o *Zero* estampava na capa uma denúncia de irregularidades na locação de um prédio pela Receita Federal em Santa Catarina. O valor mensal pago na época era de R\$ 94 mil, acima do preço de mercado, estimado em no máximo R\$ 50 mil para a área alugada, segundo corretores consultados pelo jornal. Além disso, a empresa RCD Empreendimentos começou a receber o montante antes mesmo de a construção estar concluída.

O imóvel, localizado na Avenida Osmar Cunha, foi alugado sem processo de licitação, enquadrado no inciso 10 do artigo 24 da lei federal 8.666, que a torna dispensável quando as necessidades de instalação e localização condicionam a escolha em determinado lugar. A dispensa, no entanto, exige que o preço seja compatível com o de mercado.

O então delegado da Receita Federal, Janir Cassol, afirmou, na época, que o preço correspondia ao vigente no mercado e que, mesmo com a obra inacabada, a Receita já estaria utilizando o subsolo para alojar material apreendido. A equipe do *Zero*, no en-

tanto, constatou com provas fotográficas que havia apenas material de construção no local, desmentindo a versão do ex-delegado.

Cerca de três meses antes da publicação da matéria, um funcionário da Delegacia do Patrimônio da União em Santa Catarina procurou o jornal-laboratório para sugerir como pauta uma denúncia que outros órgãos da imprensa haviam recusado veicular. O caso envolvia um colega de trabalho, o engenheiro civil Wilson Borlin, responsável pela avaliação de imóveis públicos no Estado. Quatro estudantes, Alexandre Brandão, Pedro Valente, Grasiela Costa e Filipe Bezerra ficaram encarregados de checar a veracidade das acusações.

Consultado pelo repórter Alexandre Brandão, Borlin primeiramente afirmou desconhecer o prédio em obras. Já em uma segunda entrevista, admitiu saber do interesse da Delegacia da Receita Federal em mudar-se para o local, mas alegou não ter recebido pedido formal de avaliação do imóvel.

A reportagem também citava uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), publicada no Diário Oficial da União em agosto de 1998, que acusava Borlin de ser responsável pela "elaboração de laudo de avaliação definindo valor de locação de seis pavimentos do Edifício Otilia Eliza em mon-

tante superior ao valor resultante da aplicação da fórmula e dos parâmetros definidos no próprio laudo".

Por causa da matéria, Borlin moveu uma ação judicial por calúnia e difamação contra o coordenador do *Zero* na época, Henrique Finco, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O engenheiro alegava que a participação que tivera no caso se restringia à avaliação do imóvel, cujo valor, segundo ele, correspondia à realidade do mercado. Na ação, Borlin pedia indenização por danos morais de R\$ 4 mil ao coordenador Finco e de R\$ 40 mil à Universidade.

O processo atingiu 700 páginas e muito se discutiu a respeito da superavaliação da área alugada de 5.326,23 m². O fato é que o valor inicial da locação pago pela Receita passou de R\$ 94 mil para R\$ 61 mil em setembro de 1999, em razão de uma nova avaliação realizada por determinação da Secretaria do Patrimônio da União. Os cofres públicos safavam-se do desperdício de mais de R\$ 30 mil por mês.

Quatro anos depois da publicação da matéria, o processo chegou ao fim. A sentença foi assinada em 05 de setembro de 2002 pelo juiz federal Paulo Henrique de Carvalho, da 4ª Vara de Florianópolis. Foi reconhecida a improcedência do pedido e a veracidade dos fa-

ZERO

Receita Federal paga super aluguel por prédio em obras



tribunal, no entanto, manteve a sentença e restou ao engenheiro pagar as despesas do processo. O réu e ex-coordenador do *Zero*, Henrique Finco, que hoje não leciona mais no Jornalismo e sim no curso de Cinema da UFSC, comenta que "sofrer esse tipo de processo é um risco inerente à profissão do jornalista". Ele lamenta que ninguém da imprensa tenha dado continuidade às investigações do caso.

tribunal, no entanto, manteve a sentença e restou ao engenheiro pagar as despesas do processo.

O réu e ex-coordenador do *Zero*, Henrique Finco, que hoje não leciona mais no Jornalismo e sim no curso de Cinema da UFSC, comenta que "sofrer esse tipo de processo é um risco inerente à profissão do jornalista". Ele lamenta que ninguém da imprensa tenha dado continuidade às investigações do caso.

tribunal, no entanto, manteve a sentença e restou ao engenheiro pagar as despesas do processo.

sentença

Juiz reconhece importância da fiscalização

No relatório da sentença proferida em primeiro grau, o juiz Paulo Henrique de Carvalho reconhece a verdade dos fatos alegados pela matéria do *Zero* e aponta a importância de a sociedade fiscalizar a Administração Pública.

Veja o trecho do relatório da decisão:

"O laudo pericial e os documentos de fls. 274 a 284 são firmes e incontestes ao apontar o equívoco na avaliação do aludido imóvel (fls. 339 a 354). O próprio autor disse em audiência que avaliou o imóvel em aproximadamente R\$ 93.000,00 (fl. 655). Além disso, o documento de fl. 680 informa a redução do valor inicial do aluguel de R\$ 93.864,88 para R\$ 61.024,20, confirmando o erro na análise. (...)

Impossível, ante a veracidade dos fatos divulgados e a ausência de abuso do direito de narrar, a indenização por danos morais. Entender o contrário significa punir os réus pelo exercício da livre manifestação do pensamento, assegurado na Constituição Federal. Ademais, a notícia relata irregularidades na gestão do patrimônio público, que demanda fiscalização permanente e acurada da sociedade".



NOVE ANOS DEPOIS Receita Federal continua utilizando a construção como sede, mas aluguel foi reduzido

Gravação revela fragilidade ética da mídia

Escuta da PF mostra como a relação entre dono de jornal e político pode afetar a integridade jornalística

VANESSA CAMPOS
PATRÍCIA PRATTS

A conversa telefônica gravada pela Polícia Federal (PF) na Operação Navalha, envolvendo o deputado distrital Pedro Passos (PMDB) e o empresário Ronaldo Junqueira, dono do *Jornal da Comunidade*, de Brasília, vai além de provar qualquer envolvimento na fraude de licitações. Revela como a relação entre mídia e poder público é muitas vezes pautada pelos interesses econômicos pessoais. Os repórteres Lúcio Lambranhó e Eduardo Militão, do site *Congresso em Foco*, na reportagem "As relações entre mídia e poder em Brasília", contam como esse envolvimento pode influenciar as notícias publicadas nos veículos de comunicação. Na matéria, fica explícita a sociedade entre deputados e ex-políticos proprietários de empresas de outdoors, na capital federal, quanto às cotas de publicidade oferecidas pelo governo.

Nos diálogos grampeados, o empresário Junqueira diz ao deputado: "Quando você esculhamba a publicidade do governo, você está brigando com todos os jornais da cidade. Não é só comigo". Já Passos liga para reclamar de uma matéria, sobre seu envolvimento com grilagem de terras, publicada pelo *Jornal da Comunidade*, depois da alteração no orçamento publicitário. Conversas como estas trazem à reflexão de como interesses econômicos podem alterar pautas, arriscar a credibilidade dos conteúdos e fragilizar a ética profissional no jornalismo.

O volume normalmente gasto com publicidade pelos governos justifica o interesse de muitos veículos de comunicação em manter uma relação vantajosa com o poder público. Só em Santa Catarina foram gastos em 2005 pelo governo estadual R\$ 63,4 milhões dos cofres públicos com mídia, contra R\$ 54,6 milhões em 2004 - um aumento de 16,26%. A Secretaria de Estado da Comunicação concentrou 78% desse dinheiro para divulgar e promover a administração direta do governo do Estado.

Compromisso ético

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Rubens Lunge, avaliou o conteúdo da reportagem do site *Congresso em Foco*, e afirma que a relação entre a empresa de comunicação e o governo, dependendo de como se comportam os dois lados, reflete diretamente na pauta e no que será noticiado.

Rubens salienta ainda que o sindicato reivindica, entre outras cláusulas da campanha salarial de 2007, a cláusula

sula ética, na qual o jornalista poderá se opor a fazer determinada pauta quando ela afrontar o código de ética da profissão. A relação entre o anunciante, seja ele quem for, no entendimento do sindicato, jamais pode influenciar na pauta. "Matérias pagas devem ficar bem claras para os leitores, e é nossa obrigação, deixar isso claro a quem nos pauta nas redações", diz.

Além disso, o presidente do sindicato enfatiza que antes de qualquer interesse político ou pessoal, o jornalismo somente resiste porque tem credibilidade e se move no sentido de defender a sociedade e a comunidade, e não

pelo interesse ou relação com a empresa que anuncia. Complementa ainda que, mesmo que o veículo de comunicação tenha necessidade financeira para sobreviver no mercado, esse fator jamais pode influenciar no que conduz a atividade dos jornalistas: o interesse público.

Daniela Risson, professora de Ética e Legislação do Jornalismo, revela que esse tipo de relação entre a publicidade e a área editorial dos veículos de comunicação acaba sendo comum, apesar de isso ser antijornalístico. Ela explica que esta relação é antiga, pois vem desde o surgimento da publicidade nos jornais. Contudo, os veículos passam a ser considerados empresas e administrados como tais. Assim, os jornais passaram a depender da publicidade como fonte de financiamento. "Isso gera essa relação negativa", afirma a professora. Como legítimo 'Cidadão Kane', Daniela

acredita que os donos dos jornais usam o poder que julgam deter, por editarem um determinado veículo, para ameaçar anunciantes, políticos e desafetos.

Proposta de regulamentação das licitações

A publicidade estatal através de agências de propaganda deve ser licitada, de acordo com a lei federal 8.666 de 1993, que institui normas gerais sobre licitações. No entanto, o deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP) defende a inclusão na lei de normas específicas para regulamentar a relação entre as agências de publicidade e os governos de todas as esferas.

Segundo Cardozo, a atual legislação possui deficiências que faz com que as agências sejam pressionadas a contratar empresas indicadas por pessoas ligadas ao governo. O deputado é autor do projeto de lei 7.352/2006 que propõe alterar e acrescentar dispositivos relativos à licitação e à contratação de serviços de publicidade e de assessoria de imprensa.

Dentre as principais inovações do projeto está a que impede que os responsáveis por julgar as propostas apresentadas conheçam seus autores. Há também a previsão da escolha de uma comissão julgadora por meio de sorteio, com pessoas de uma lista pública, além da tentativa de evitar que uma agência vencedora de uma concorrência subcontrate terceiros.

O PL 7.352 foi anexado a outro projeto de lei (PL 7.709/2007), de autoria do Executivo Federal e que propõe outras reformas na lei 8.666. O PL 7.709 já passou pela Câmara e agora tramita no Senado.



Grampo

Escuta da Operação Navalha desmascara político e revela sua íntima relação com dono de jornal

Pedro Passos: Deixa eu te falar uma coisa, te perguntar uma coisa. Algum dia na vida eu já fiz alguma coisa que lhe desagradou ou lhe dei alguma palavra contra qualquer interesse seu ou de seu pessoal que eu não saiba? Já fiz isso, pelo amor de Deus?

Ronaldo Junqueira: É. Mas porque você está perguntando isso?

Passos: Ué, mas p*, porque essa matéria em cima de mim, rapaz. Eu, que tô tão f* desse jeito, você fazer uma matéria dessa.

Junqueira: Pedro Passos, mas eu nunca soube que você entendesse de publicidade. Agora não tem uma semana que você não faz um discurso esculhambando publicidade, não sei o quê. Você tá mudando de ramo? O que tá havendo com você?

Passos: (risos) Mas o seu nome, o seu jornal, a sua pessoa eu nunca toquei. Eu toco na sacanagem que tão fazendo

com nós, pô.

Junqueira: Não adianta, rapaz... Quando você esculhamba a publicidade do governo, você está brigando com todos os jornais da cidade. Não é só comigo.

Passos: Não, mas não é, não, Ronaldo. O que o governo tá fazendo com a gente, em termos de negócio de matéria em cima da gente, é um negócio horroroso, pô. Aí, quando bate na Câmara, até tudo bem, já é o que ele vinha fazendo mesmo, né. Mas, batendo em mim individualmente, ainda mais você, que eu nutro por você uma amizade pessoal.

Junqueira: Tem uns 11 deputados doidos propondo cortar 20 milhões cada um da verba do governo de publicidade, e você tá lá no meio. Meu Deus do céu!

Passos: Mas pra que você vai bater em mim, o único que é seu amigo de verdade, "sô"? Bate nos outros dez, "uai". Acabar com os outros dez. Algum dia na vida você me pediu alguma coisa que eu falasse não para você? Você

tem dúvida se você pedir pra mim tirar assinatura de CPI ou botar se eu deixo de tirar ou deixo de botar?

(... sobre o deputado José Reguffe - PDT)

Junqueira: Deputado novo, cheio de gás, não sei o quê. Você sabe que na eleição eu até ajudei ele. Dei uns cartaz para ele, uns trem lá.

Passos: No dia que ele foi lá, tomou posse, ele foi lá... Ronaldo tem alguma coisa possa te ajudar? Eu falei nada. Nada de cargo, não tem emprego eu não quero nada. Aí ele perguntou e falou se tinha alguma coisa que podia me atralhar. Eu falei tem. O que é? Quando aparecer o assunto publicidade de governo você sai de plenário. Você corre disso como o diabo da cruz. Por que? Porque você pensa que tá sacaneando o governo, mas não tá. Tá sacaneando os jornais. É a Globo. É o c*. E você é muito novo para arrumar uns inimigos desses.

Fonte: www.congressoemfoco.com.br

Justiça suspende videoloterias no Estado

Supremo julga inconstitucional decreto que permitia exploração do jogo. Ainda não há regulamentação federal para o setor

FERNANDA FAVA
FERNANDA PERES

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) evitou a tentativa do governo estadual de autorizar o funcionamento em Santa Catarina das videoloterias, popularmente conhecidas como máquinas caça-níqueis. No começo de maio, através de uma liminar que impediu a vigência do decreto estadual 076, o STF reafirmou que o mérito de legislar sobre sistemas de sorteios é de caráter privativo da União, como prevê o artigo 22 da Constituição Federal.

Através do decreto 076, de fevereiro de 2007, o governador Luiz Henrique da Silveira permitia que a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

(Codesc) voltasse a se ocupar do credenciamento e da fiscalização das loterias eletrônicas, proibidas no país desde 2004. Antes da liminar, 48 casas estavam em atividade com base no decreto.

Os procuradores da República no Estado, Celso Antônio Três, Davy Lincoln Rocha e João Marques Neto alertaram sobre o decreto ao procurador-geral da Re-

pública, Antonio Fernando Souza, que reclamou ao Supremo. Para Rocha, a estratégia do governo estadual é uma "afrenta" à Constituição. "Ao editar o decreto, o governador mostrou uma tutela incrível à jogatina", denuncia.

Em agosto de 2006, o STF já havia questionado a competência legislativa do governo catarinense no assunto. Na época, o objeto da discussão era a Lei Estadual nº. 11.348 de 2000, que delegava o controle dos jogos de azar eletrônicos à Codesc. O Supremo considerou a norma inconstitucional.

Em fevereiro de 2004, foi publicada a Medida Provisória 168, que proibiu o jogo no Brasil.

Editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma tentativa de abafar o escândalo Waldomiro Diniz, a MP foi revogada no Congresso. Durante o período de vigência da medida, os estabelecimentos catarinenses continuaram funcionando, porque a Lei 11.348 passou a ser usada para legitimar a exploração dos jogos.

"Quando a lei de 2000 foi julgada inconstitucional, no ano passado, suspendemos todas as operações

“Ao editar o decreto, o governador Luiz Henrique mostrou uma tutela incrível à jogatina.”

DAVY LINCOLN ROCHA
procurador da República em Santa Catarina



DE GRÃO EM GRÃO Apenas em 2003, Codesc recebeu repasse de R\$ 22 milhões de máquinas caça-níqueis

e credenciamentos", conta o gerente de Loterias da Codesc, Adriano Teixeira. "Nesse meio tempo, até fevereiro, trabalhamos no desenvolvimento de uma nova legislação." Daí surgiu o decreto 076, assessorado pelo procurador-geral do Estado, Adriano Zanotto. "Editamos o texto com base na própria decisão do STF, que declarou inconstitucional a lei de 2000, mas ressaltou uma outra, de 1966, que ainda está em vigor e pode ser regulamentada", diz. Zanotto se refere à Lei Estadual nº. 3.812,

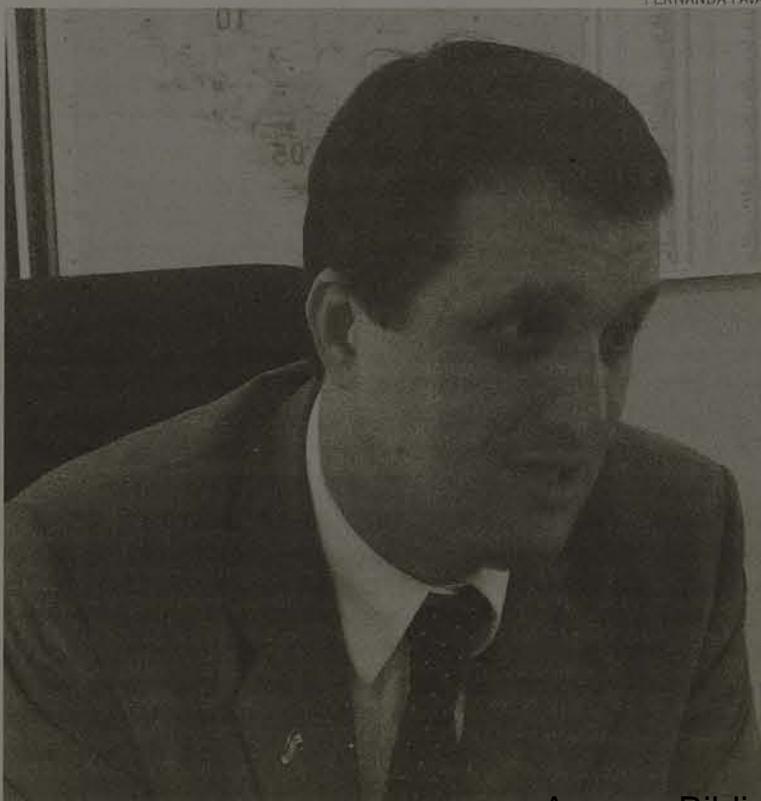
que cria a Loteria do Estado de Santa Catarina.

Ganhos

Antes mesmo da segunda sentença desfavorável, o governo se antecipou ao STF e suspendeu o decreto 076. "Apesar de proibido, o jogo continua sendo uma atividade lícita como qualquer outra, que gera emprego, renda e dividendos para Santa Catarina e para quem investe, além de atrair o turismo", defende Zanotto.

De acordo com representantes do setor, a exploração dos jogos de azar gera cerca

de quatro mil empregos diretos e cinco mil indiretos para os catarinenses. No auge da atividade, em 2004, a Codesc contava 30 casas de bingo e 159 videoloterias em funcionamento. Esse número caiu para dez bingos e 56 videoloterias no ano passado. Em 2005, a arrecadação da Companhia não passou dos R\$ 8 milhões, ante R\$ 22 milhões em 2003. Cerca de 300 projetos sociais ficavam com 7% desse montante, sendo o restante destinado a eventos esportivos e à administração interna da Codesc.



repassa

Sem bingos, Federação de Velas passa por dificuldades financeiras

As leis Zico (nº 8.672 de 1993) e Pelé (nº 9.615 de 1998) tornaram a atividade dos bingos legal desde que uma porcentagem da arrecadação fosse destinada a associações desportivas. Em 2001, a Lei Maguito (nº 9.981 de 2000) revogou os artigos da Lei Pelé referentes aos bingos. Entretanto, os que já existiam continuaram operando.

No Estado, uma das entidades que se beneficiou com a legislação foi a Federação de Velas de Santa Catarina (Fevesc), sediada em Florianópolis, que tem entre 600 e 700 velejadores filiados e sete clubes. A Fevesc recebia um repasse de 2,38% ao mês do total de cartelas vendidas pelo Golden Bingo, empresa que explorava jogos de azar na Capital. A taxa equivalia a uma média de R\$120 mil por ano para financiar as competições estaduais de vela.

Após o fechamento dos bingos em 2004, a única fonte de renda da federação passou a ser a contribuição dos clubes filiados. "Este ano estamos sem funcionários e não pagamos aluguel. A luz e o telefone, o próprio presidente paga. As despesas de competição estão sendo bancadas pelos clubes", afirma o presidente da Fevesc, Samuel Linhares. "A federação sempre apoiou as tentativas de legalizar o jogo porque era a única forma de o esporte sobreviver em Santa Catarina."

Falta de regulamentação incita práticas corruptas

As vantagens da exploração econômica do setor não superam os danos causados pela jogatina, na opinião do procurador da República em Tubarão Celso Antônio Três. "Essa história da geração de renda é enganosa: essas casas investem muito pouco em comparação ao dinheiro que tiram das pessoas", acredita. Ele entende que, sem regulamentação, o Brasil uniu o que há de pior na atividade lícita – o prejuízo no bolso do consumidor e o vício – com o maior inconveniente da prática ilegal, a corrupção.

Pela lei estadual, uma máquina caça-níqueis deveria devolver em premiação pelo menos 85% do que arrecada. Mas, de acordo com o delegado geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Mauricio Eskudlark, o proprietário conseguiria adulterar o sistema da máquina para modificar esse percentual. O equipamento pode ser programado para premiar mais, atraindo novos competidores, ou para não

premiar, recuperando assim a quantia paga em prêmios pela casa.

O procurador da República em Florianópolis André Bertuol enumera outras infrações comuns neste tipo de atividade, como sonegação de impostos, lavagem de dinheiro, contrabando de equipamentos, funcionamento sem licença e até infiltração de "testas-de-ferro" das próprias casas para levar os prêmios mais altos. Em defesa própria, a Codesc explica que, quando a atividade podia ser exercida, uma fiscalização detalhada era feita semanalmente para identificar essas fraudes.

Além da corrupção, Bertuol alerta para o efeito da jogatina na renda do cidadão. "A captação da poupança popular pelo jogo também é lesiva, pois não deriva apenas do prazer de apostar, mas muitas vezes da ilusão de uma solução fácil para problemas financeiros. É como jogar dinheiro no lixo", lembra. Com o passar do tempo, a



DIVULGAÇÃO/POLÍCIA CIVIL

FRAUDE Delegado aponta possibilidade de adulteração das máquinas

simples vontade de recuperar os valores apostados pode se tornar um vício para o jogador, caracterizando distúrbio compulsivo. Para orientar essas pessoas, em Florianópolis existe um grupo de Jogadores Anônimos (JA). [ver box]

Façam suas apostas

No Congresso Nacional, dez projetos de lei defendem a legalização dos jogos de azar, enquanto sete estabelecem a proibição. Uma matéria determinando que a União delegue aos Estados autonomia para legislar sobre o assunto já foi aprovada

no Senado e agora tramita na Câmara dos Deputados. No dia 16 de maio, uma manifestação reuniu 12 mil trabalhadores de casas de jogos em Brasília, pedindo que a atividade volte a ser permitida. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou que não é contrário à atividade. "Ou proíbe, ou regulamenta, o que não pode é ficar essa indústria de liminares", explicou.

Para o procurador Davy Rocha, uma solução para a regulamentação é usar o modelo instituído em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, que permitem o jogo em grandes complexos turísticos isolados dos centros urbanos. "Isso impossibilitaria que haja máquinas caça-níqueis em qualquer padaria ou lanchonete, como é comum hoje, gerando vício e gastos abusivos."

De acordo com o advogado da Associação Catarinense de Bingos e Videoloterias (ACBingo), Robson Vieira, estudos recentes sugerem, entre outras medidas, a fiscalização online das máquinas, que rastreará possíveis adulterações por parte do proprietário, e o controle de CPF no ato da aposta, visando conter o endividamento do jogador. "Muitas vezes é a falta de regulamentação clara que abre brechas para corrupção e outros problemas. O país pode legalizar o setor, fiscalizando e punindo severamente as casas de jogo", sugere Vieira.

vício

Mais 24 horas de abstinência do jogo

Ao mesmo tempo que gera empregos e lucro, os jogos de azar podem se tornar um problema de saúde para quem não consegue se conter e faz das apostas um vício diário. Para ajudar a essas pessoas, existe em Florianópolis o grupo de auto-ajuda Jogadores Anônimos (JA).

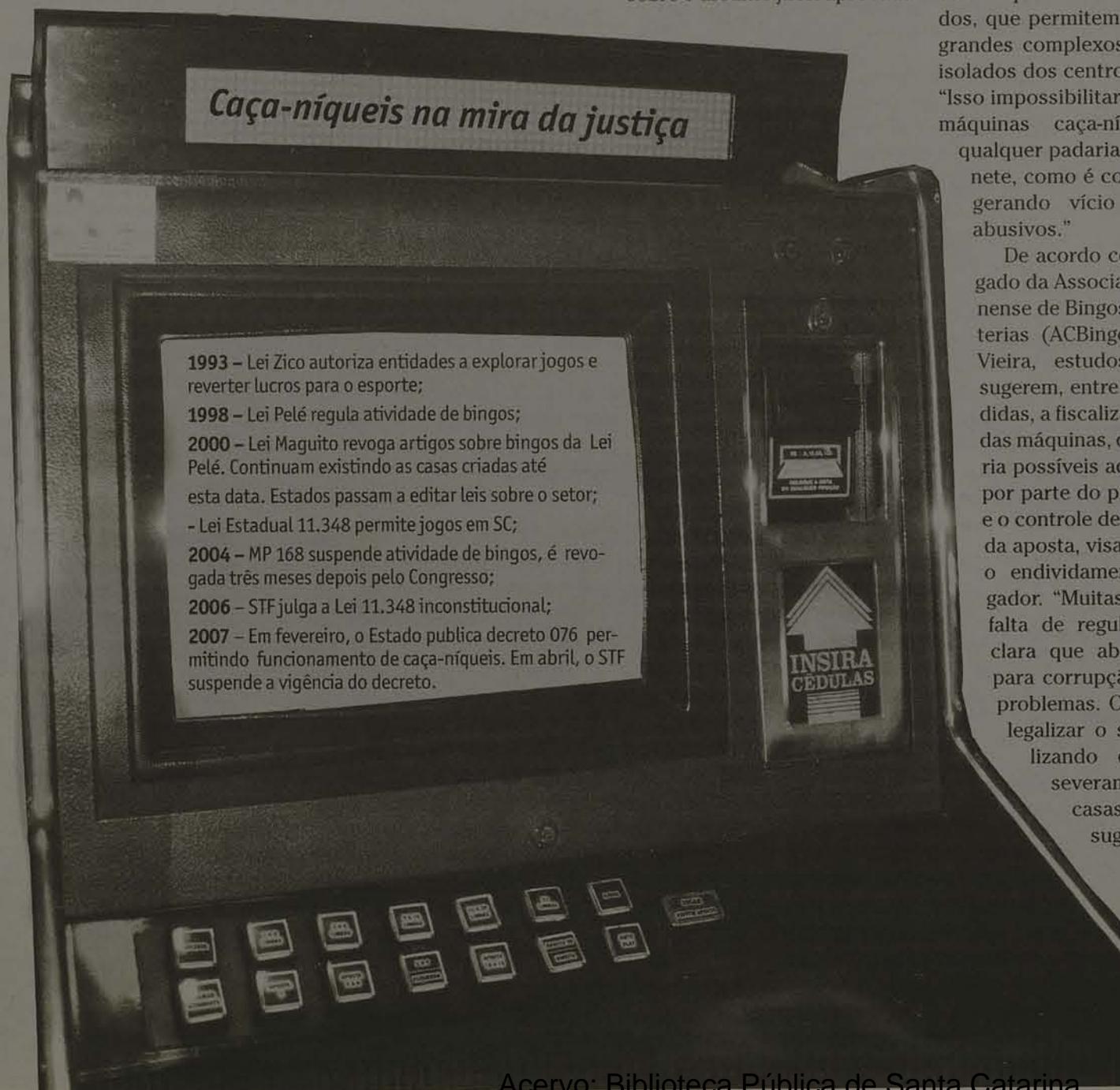
O tratamento é baseado em similares como o Alcoólicos Anônimos (AA). A entidade sem fins lucrativos foi criada em 2002 e já atendeu em torno de mil pessoas gratuitamente. Para custear seus gastos, o JA depende das contribuições dos próprios membros.

Uma dessas pessoas é o funcionário público O.M.S., 53 anos e jogador compulsivo por mais de 20. "Cheguei a desviar R\$ 6 mil da conta bancária de minha mulher, porque estava sem dinheiro para apostar", lembra. Isso aconteceu em novembro de 2006 e, desde então, O.M.S. passou a frequentar o JA.

Sempre que tinha um tempo livre, não resistia e parava em uma casa de jogos para fazer algumas apostas. "Ainda vou levar dois meses para quitar as dívidas que fiz no período em que jogava", conta.

Histórias de problemas familiares devido ao vício e ao endividamento por causa do jogo são comuns nos depoimentos dados durante as reuniões do grupo. A cada sessão, os jogadores em recuperação dividem suas experiências, oram e desejam uns aos outros "mais 24 horas de serenidade e abstinência do jogo".

O JA se reúne às terças e quintas-feiras às 19h e aos sábados às 16h, na Igreja Nossa Senhora da Conceição, no Centro. O telefone para contato é (48) 8414 2208. Todas as informações sobre a rede de Jogadores Anônimos em todo o Brasil estão disponíveis no site www.jogadoresanonimos.org



Jesus Cristo morreu

O Zero foi a Aparecida do Norte para a visita do papa Bento XVI e encontrou o messias pregado na cruz, por R\$ 2,50

DALMO BORBA
MURILO MELLIO

O ônibus balançava enquanto percorríamos a Via Dutra entre São Paulo e Aparecida do Norte. Durante a viagem à cidade que abriga o santuário da padroeira do Brasil, líamos no jornal algumas declarações do papa Bento XVI condenando o aborto e defendendo a família tradicional. Após duas horas de viagem, a visão da suntuosa Basílica de Nossa Senhora de Aparecida não deixou dúvidas de que havíamos chegado. A magnitude impressionou e arrancou expressões como "olha o tamanho!" e "como é grande!". O santuário tem 46 mil m2 de área construída e mais 272 mil m2 de estacionamento, equivalente a três vezes a área do Maracanã.

Ao desembarcar na rodoviária, saímos em busca de uma hospedagem. Depois de meia hora de procura e preços altos, o atendente do Hotel Oriental garantiu hospedagem por R\$ 15, sem café da manhã. Aceitamos e logo descobrimos porque era tão barato. O quarto ficava no subsolo do hotel e não possuía tomadas, nem porta no banheiro. Sobre as camas estavam estendidos cobertores empoeirados. O local ganhou de nós o apelido de "calabouço".

Saímos para conhecer Aparecida. Era quinta-feira e o papa chegaria só no dia seguinte. O movimento na rua não sugeria que o líder da principal religião do país passaria por ali em menos de 24 horas. Eram poucos os turistas nas ruas da cidade de 35 mil habitantes. Na avenida principal, em meio a incontáveis hotéis e lojas, vendedores nos convidavam a entrar, comprar.

Shopping católico

Pedimos informação a uma vendedora sobre um caixa eletrônico. Ela disse que havia um no shopping, e nos indicou o caminho. Chegando ao local, nos surpreendeu que o shopping e os bancos ficam dentro da área da Igreja. Há, também, uma praça de alimentação onde está instalada uma franquia do Mc Donald's. Ao lado, em quatro corredores, 684 lojas expõem produtos que vão

desde artigos religiosos até bugigangas eletrônicas. O movimento é de mais de oito milhões de pessoas por ano e a Igreja cobra cerca de R\$ 1 mil por mês de aluguel de cada loja. O santuário abriga ainda um aquário, um parque de diversões com montanha russa e um centro de eventos em construção, que terá capacidade para dez mil pessoas.

Na entrada da basílica, uma mulher oferecia revistas da Igreja e um objeto que parecia um tijolo. Perguntamos do que se tratava. "É o tijolinho com que foi construída a basílica. É só fazer uma doação, de R\$ 5 ou mais, e levar como lembrança", respondeu ela com um sorriso forçado. "E se eu 'doar' menos de R\$ 5?", perguntou o fotógrafo Murilo. "Daí não pode levar." Foi inevitável, depois de observar um senhor com idade avançada e de aparência humilde levando um tijolinho, reparar na contradição: no dia anterior o papa Bento XVI, de 80 anos, enquanto viajava ao Brasil com o avião do Vaticano, comia vitela e tomava um vinho de R\$ 200, ouvindo ópera...

Operação de guerra

Durante o resto do dia, aproveitamos para ouvir a opinião dos moradores da cidade sobre a visita do papa. No Restaurante do Mineiro, que serve prato feito por R\$ 3,50, onde almoçamos, um homem gordo e de cabelos grisalhos resmungou alto: "Da outra vez que o papa veio só serviu para trazer polícia. Todo mundo continuou quebrado." Durante a visita de Bento XVI ao Brasil, além de 400 policiais federais, foram mobilizados 20 mil policiais militares e 5,2 mil homens do Exército.

Diante de tanta segurança, outro morador da região, Luís Alberto, com quem fizemos amizade bebendo cerveja em um bar, questionava a necessidade dos milhares de policiais. "Para que tudo isso, se o papa é só um homem, não é Deus

na Terra?". Enquanto isso, assistíamos pela televisão a notícia de que o papa propunha um tratado entre o Vaticano e o Brasil. Entre outros temas, o acordo requeria privilégios para a Igreja Católica como a preservação de igrejas, isenções fiscais, concessão de vistos especiais para missionários e ensino religioso nas escolas públicas.

À noite voltamos à basílica e nos deparamos com um cenário completamente diferente. Havia fios e antenas, carros de empresas jornalísticas e policiais por toda parte. O estacionamento estava dividido em setores, separados por cercas que lembravam barreiras nos filmes de guerra. Perto das nove horas, enquanto comíamos uma tangerina sentados numa passarela, um segurança nos chamou a atenção. Pediu que saíssemos dali pois em breve a Polícia Federal faria uma vistoria procurando bombas.

A chegada de Bento

Na sexta, dia da chegada do papa, o movimento nas ruas não aparentava muito maior. João da Cunha, que fotografa turistas no centro de Aparecida, não acreditava que o público seria grande. "A maioria do pessoal que vem é de São Paulo, mas o papa já foi para lá.

Além disso, o João Paulo II passeava pela cidade de carro aberto. Esse aí parece achar que há revolução no Brasil." Evangélico, João também disse respeitar o papa, porque ele "está mais perto de Deus que nós".

Após chegar no santuário de helicóptero, Bento XVI atravessaria a cidade de papa-móvel até a entrada do mosteiro São Bento, local de sua hospedagem. Preparamos a máquina fotográfica e fomos a um bar esperar pelo momento. Uma hora antes do papa chegar bebemos uma dose de pinga cada um, para agüentar o frio, e partimos ao seu encontro.

Era começo de noite e havia mais mulheres

que homens. Policiais e soldados formavam uma barreira para impedir a aproximação das pessoas. Dona Arlete, uma das mais próximas do cordão de isolamento, sonhara com o momento. "Eu assisti ele pela televisão, está sempre sorrindo. É um pai, um amigo do povo." Depois de uma hora o pontífice passou acenando para as pessoas, que balançavam bandeirinhas e gritavam de felicidade. Foram segundos, suficientes para conseguir algumas imagens. Satisfeitos com a "cobertura jornalística", saímos para comemorar.

Acordamos no sábado às cinco e meia da manhã para subir em um morro onde há uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, visível da cidade. Após a caminhada nos deparamos com uma plaquinha escrito que, para entrar dentro da santa, custa um real. Entre uma tragada e outra, enquanto nos deliciávamos com a brisa matinal e o nascer do sol, reparamos na enorme desproporção entre a área do santuário e o resto da cidade.

Mais tarde, da padaria onde tomávamos café da manhã, observamos turistas chegando sem parar. A Polícia Militar depois informou que cerca de 200 mil pessoas visitaram Aparecida no final de semana, menos da metade das 500 mil esperadas.

À noite abandonamos o "calabouço" e decidimos acampar na basílica. Lá centenas de pessoas faziam vigília para a missa que Bento XVI rezaria na manhã de domingo. Havia barracas, colchonetes e cobertores por todos os lados. Um grupo de argentinos pulava e gritava frases como "viva el papa", e "ah, soy brasileño". Aos poucos, chilenos, bolivianos e uruguaios juntavam-se a eles. Depois de um pouco de folia fomos dormir na barraca, sem imaginar que a agitação duraria a noite inteira.

Demonstração de fé

Acordamos às seis horas e milhares de pessoas já caminhavam pelo estacionamento do santuário. Luís Lava veio da cidade catarinense de Lebon Régis, com mais quatro pessoas. "Melhor não é necessário. Além da nossa fé, trouxemos

também o nosso corpo para colocar no coração de Deus." Ele falava pausadamente e, a cada palavra, seus olhos azuis brilhavam.

Reparamos em algumas pessoas descansando sobre um lençol. Abordamos um dos homens, que falava com desenvoltura. Ele fazia parte de um grupo de nove famílias que veio do interior do Rio de Janeiro. Enquanto conversávamos, a pilha do gravador acabou e sequer conseguimos anotar seu nome. Ficou registrada apenas a emoção com que se expressava. Para ele, o papa trazia esperança. "É só comparar com a vinda do Bush. Quem foi ver ele, foi pra protestar. Mas olha quanta gente veio ver o papa. Ele traz esperança pro Brasil, vem falar de paz e amor!"

Pessoas acordavam. Outras chegavam em dezenas de excursões. Aos poucos, o estacionamento do santuário tornava-se pequeno para os devotos que, mesmo num frio Dia das Mães, cantavam, rezavam e pediam pela chegada do seu líder. Enquanto muitas atitudes do papa e da Igreja nos causava desconfiância, a fé daquelas pessoas nos emocionava pela sinceridade e entusiasmo.

Quando Bento XVI chegou, lá estávamos novamente trombando na multidão para conseguir mais fotos. A missa começaria em instantes. Havia, no entanto, chegado a nossa hora. Partimos, apressados, para pegar o ônibus de volta para Florianópolis.

Nova Jerusalém

No caminho para a rodoviária passamos por uma avenida lotada de camelôs. Era impossível ver o fim da rua, apenas o azul das barracas, que vendiam os mais variados artigos. Numa delas, um boneco de Jesus crucificado custava R\$ 2,50. O Murilo enxergou uma foto, bateu e continuamos andando. O messias de plástico nos fez refletir sobre o que ele pensaria se estivesse ali. Todo o comércio religioso, os "vendilhões", nos remetiam ao cenário do templo de Jerusalém na época em que ele viveu. "Acho que Jesus expulsaria as pessoas daqui, como fez no templo", comentei. "Acho que ele seria morto pela Igreja se estivesse aqui", respondeu Murilo.



Fé Mais de 200 mil pessoas assistiram à missa que Bento XVI rezou na Basílica de Nossa Senhora de Aparecida. Entre elas, um grupo de crianças do interior do Rio de Janeiro, que ainda dormia na véspera da chegada do papa. O público se apertou para conseguir uma foto do pontífice que, em sua visita, ajudou até a venda de espetinho de carne

Estudantes voltam às ruas contra o aumento

Reajuste na tarifa do transporte público de 5,5% no cartão e de 14,3% em dinheiro gera manifestações em Florianópolis

IVAN FAVERO
FELIPE MONTEIRO

Florianópolis vive uma cena que se tornou comum nos últimos anos: estudantes saem às ruas para protestar contra mais um aumento da tarifa de ônibus, que já é a segunda mais alta do Brasil. As manifestações começaram em 28 de maio, um dia depois da passagem subir de R\$ 2,10 para R\$ 2,40 para quem paga em dinheiro e de R\$ 1,80 para R\$ 1,90 para quem usa o cartão Passe Rápido. A tarifa social que custava R\$ 1,15, no cartão, passou a ser R\$ 1,25. Em dinheiro ela sai por R\$ 1,50.

Os manifestantes repetem ações que em 2004 e 2005 ficaram conhecidas como a Revolta da Catraca, movimento que conseguiram derrubar dois reajustes. Para isso, fazem passeatas, bloqueiam o trânsito e bradam em coro no Centro da cidade sua indignação contra o novo preço da tarifa do transporte coletivo.

Durante os protestos, os confrontos com a polícia são inevitáveis. Principalmente depois que o promotor de Justiça de Santa Catarina, Alexandre Herculano de Abreu, recomendou que a Polícia Militar usasse os meios legais necessários para impedir que as manifestações atrapalhem o trânsito das principais vias e fechem as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos que ligam a Ilha ao continente. De acordo com Herculano, o direito de manifestar não pode atrapalhar o direito de ir e vir de cada pessoa. "A cidade não pode mais conviver com o trancamento de pontes e avenidas", argumenta.

Para Marcelo Pomar, consi-

derado um dos líderes do Movimento Passe Livre (MPL), é justamente o direito de ir e vir que está sendo tirado da população com o alto preço da passagem. "Quem usa o transporte público, não usa por prazer, usa por necessidade", lembra. Segundo o militante, essa situação acontece porque as pessoas vêem o transporte público como um negócio e não como um serviço público essencial, assim como a saúde e a educação, oferecidas gratuitamente pelo governo.

Além do MPL, outros grupos estudantis e políticos participam das manifestações, entre eles o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (DCE da UFSC), a União Catarinense de Estudantes (UCE), e a juventude partidária do PSTU, PCdoB e PT. O intuito de todos é, a curto prazo, derrubar o aumento e, no futuro, propor uma discussão sobre a situação do transporte coletivo em Florianópolis.

“Quem usa o transporte público, não usa por prazer, usa por necessidade.”

Marcelo Pomar

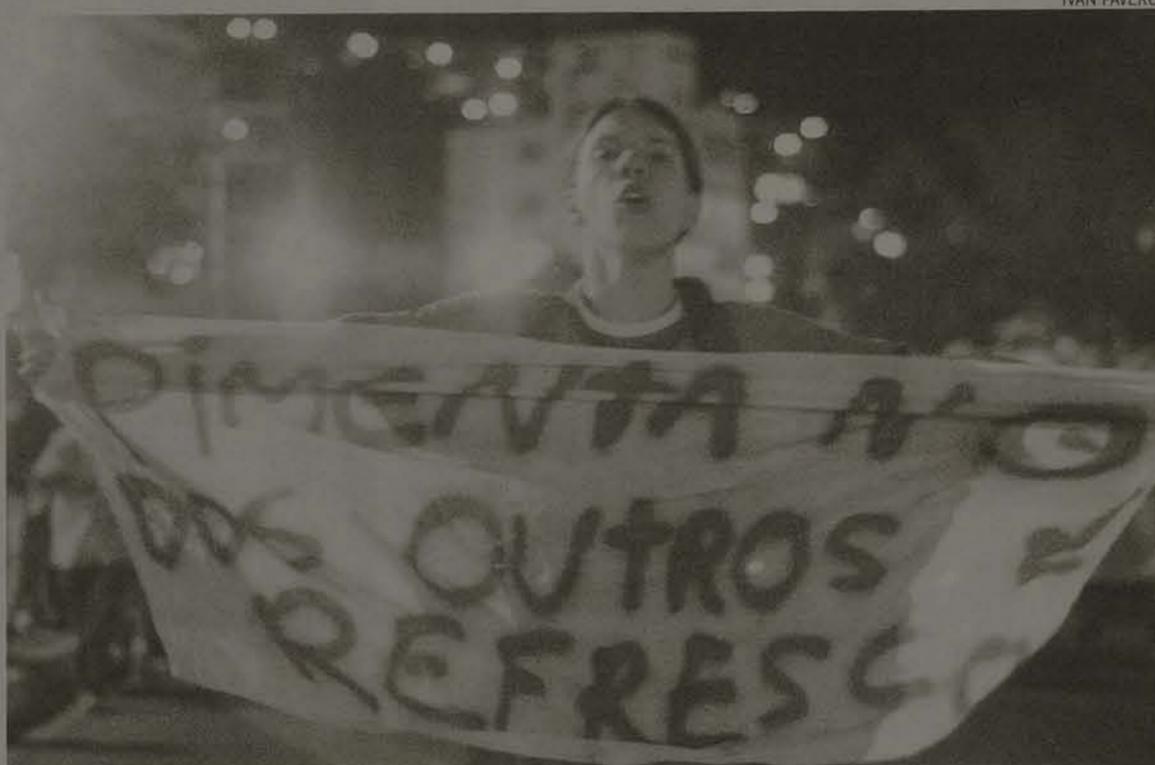
Militante do Movimento Passe Livre

Pomar diz que há bastante tempo o MPL e outros grupos refletem sobre a questão da mobilidade urbana na Capital e que o próximo passo é juntar esse acúmulo de forças dispersas na cidade e materializá-lo em ações concretas. "Estamos construindo um projeto de mobilidade urbana pautada nos interesses sociais coletivos e na preservação do meio ambiente", adianta.

IVAN FAVERO



AGRESSÃO Estudante mostra ferimento causado por bala de borracha



IVAN FAVERO

NA RUA Faixas, cartazes e um coro de milhares de vozes contra mais um reajuste no preço da tarifa

Mais de 4 mil protestam na Capital

LUCAS SAMPAIO

Na noite de quinta-feira da última semana de maio, as ruas de Florianópolis foram palco de uma verdadeira batalha. Mais de quatro mil pessoas, na maioria estudantes, participaram do protesto pela redução da tarifa. Cerca de 700 policiais foram mobilizados para conter a manifestação.

A movimentação começou por volta das 18h, em frente ao Terminal Integrado do Centro (Ticen). Os manifestantes decidiram seguir até a Avenida Mauro Ramos. Quando tentavam chegar na Avenida Beira-Mar, foram recebidos por bombas de efeito moral. Assustados, os estudantes recuaram e se concentraram na Praça Etelvina Luz, mais conhecida como Praça do Banco Redondo, na esquina da Avenida Mauro Ramos com a Rua Victor Konder. Minutos depois, um novo confronto começou. Rojões lançados contra a polícia deram início a uma ostensiva ação da PM. Balas de borracha, bombas e spray de pimenta deixaram pelo menos nove pessoas feridas, entre manifestantes e policiais. Durante a confusão que se instalou, um ponto de ônibus e um veículo da Viação Canasvieiras foram depredados. Quatro estudantes acabaram presos.

Três dias antes o local do confronto foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na primeira noite de protestos, o Pelotão de Policiamento Tático do 4º Batalhão da Polícia Militar



ACIDENTE Policial feminina é atingida por estilhaços de bomba

seguiu os estudantes pela Rua Lauro Linhares e invadiu o campus universitário lançando bombas. O estudante de jornalismo Murilo Mellio que acompanhava a manifestação disse que a ação da polícia foi abusiva, pois o protesto já estava no fim e não apresentava nenhum risco.

O reitor da UFSC, Lúcio José Botelho lamentou e condenou a violência e os excessos cometidos pela PM. Em nota publicada no site da Universidade, Botelho diz que um episódio como esse "nos remete a uma página infeliz da História do País", em alusão ao período da ditadura militar, quando ações truculentas da polícia eram comuns dentro das

universidades.

O representante do Movimento Passe Livre Marcelo Pomar deixa claro que a briga dos manifestantes não é com a polícia, mas sim com o prefeito Dário Berger (PSDB). Pomar diz que o prefeito se esconde atrás do batalhão e não quer discutir um assunto que vai além dos aumentos sucessivos do preço da tarifa: "Nós precisamos abrir um debate político sobre os transportes públicos". Para isso, foi marcada no dia 6 de junho uma reunião na UFSC, e o prefeito foi convidado a participar. A reunião aconteceu no auditório da Reitoria, porém nenhum representante da prefeitura apareceu.

ENTREVISTA • ALEXANDRE HERCULANO DE ABREU

“A polícia não está autorizada a bater em estudantes”

O promotor público Alexandre Herculano de Abreu, da 30ª Promotoria de Justiça do Estado de Santa Catarina, é responsável pela defesa dos direitos humanos e da cidadania. Foi ele que, amparado na premissa de defender o direito de ir e vir de cada cidadão, recomendou que a Polícia Militar usasse os meios legais necessários para impedir que os manifestantes bloqueassem ruas, avenidas e pontes em Florianópolis.



Herculano concedeu entrevista ao *Zero* um dia depois de estudantes e policiais travarem um confronto nas ruas do Centro da cidade, na noite de 31 de maio.

Zero: O que significa utilizar “todos os mecanismos legais possíveis” presente na recomendação que o senhor enviou

para a Polícia Militar caso os manifestantes bloqueassem alguma via pública?

Herculano: Seria fazer apenas a contenção dos manifestantes, sem o uso de força, impedindo o trancamento das vias.

Caso os manifestantes atacassem, aí sim a polícia poderia fazer uso da força para se defender.

Z: Como isso funciona na prática?

H: A polícia está extremamente orientada a rejeitar insultos verbais e até cusparada. Ela não está autorizada a bater em estudantes, a não ser em auto-defesa, e nesses casos deverá utilizar apenas a força necessária. Força maior que a necessária será considerada abuso de autoridade. Apenas em últimos casos é que se poderá usar bala de borracha ou outro mecanismo deste tipo.

Z: O senhor não acha que essa recomendação resultará em confronto entre manifestantes e policiais?

H: Não tem como a cidade conviver com este trancamento de pontes. Agora, qualquer manifestação que ocorre aqui pára a ponte. Isso é absurdo. Nós temos um fluxo de 150 mil carros por dia nas pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, um fluxo que supera a ponte Rio-Niterói.

Z: Estudantes alegam que foram agredidos por policiais nas manifestações. O que fazer quando isso acontece?

H: Esses casos têm que ser investigados e se constatado abuso de autoridade serão tomadas as medidas cabíveis. Nós temos aqui no Ministério Público Estadual várias ações e condenações de abuso de autoridade de policiais.

ENTREVISTA • MARCELO POMAR

“Nossa briga não é com a polícia. É com o Dário”

Marcelo Pomar, militante do Movimento Passe Livre (MPL), participou das manifestações contra o aumento da tarifa em 2004 e 2005 e foi preso nas duas ocasiões por ser considerado um dos líderes dos protestos que ficaram conhecidos como Revolta da Caçaca. Em 2007, diante de um novo reajuste, ele é mais uma vez peça importante na organização das manifestações.



Jogador de xadrez experiente, formado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Pomar estuda para a prova do mestrado. Sua tese será sobre as revoltas em Florianópolis.

Zero: Você tem participado das manifestações?

Marcelo Pomar: Ativamente, mas com cautela. Ninguém tem interesse que eu seja preso de

novo, muito menos eu. Até porque não vou poder responder ao inquérito em liberdade.

Para ter uma idéia da atuação do MPL, na quinta-feira, organizamos um “QG” [Quartel-General] com oito advogados para liberar os quatro presos durante a manifestação.

Z: Quais são os movimentos, além do MPL, que participam dos protestos?

MP: Tem uma composição variada e também tem gente que não está organizada em um movimento, que eu chamo da “Geração das Revoltas”. Essa geração é formada por pessoas que participaram das manifestações de 2004 e 2005 contra o aumento da tarifa e estão agora de novo nas ruas.

Z: Por que o MPL não mandou representantes para

reunião realizada pela Secretaria de Segurança Pública para discutir como seriam as manifestações?

MP: Porque nós não temos nada para negociar com a Secretaria de Segurança. As manifestações não são um problema de polícia. Nessa reunião eles queriam estabelecer que os manifestantes não poderiam fechar ruas e nós não concordamos com isso. O prefeito Dário Berger se esconde atrás da polícia para não debater um assunto que vai além dos aumentos da tarifa, que é a situação do transporte público em Florianópolis.

Z: Você acha que os movimentos sociais em Florianópolis são criminalizados? O que é preciso para afastar essa imagem?

MP: A gente precisa deixar a polícia de lado. O nosso problema não é com ela. É com o prefeito Dário, com o secretário de



IVAN FAVERO

INVESTIDA Tropa de choque avança contra manifestantes

Donas do transporte

A ex-prefeita de Florianópolis, Ângela Amin, inaugurou em 2003 o sistema de transporte interligado, através da Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A (Cotisa), empresa criada pelo Consórcio Florianópolis, que venceu licitação realizada pela prefeitura em 2001.

A Cotisa é formada pela sociedade entre as empresas de transporte Biguaçu, Canasvieiras, Estrela, Ribeironense e Transol, além da construtora Sulcaterinense. Foi a Cotisa que implantou os terminais e ficou encarregada de administrar o chamado “Sistema Integrado de Transporte de Florianópolis” até 2021.

Retrospectiva

Com o novo sistema, começou uma série de aumentos nos preços das passagens. O primeiro foi em 27 de junho de 2004. O Decreto Municipal N° 2454 homologou um reajuste médio de 15,6%.

Após esse aumento, uma revolta aconteceu em Florianópolis. A população, maioria estudantes secundaristas e universitários, foi às ruas. Após uma semana de manifestações as tarifas baixaram. Os protestos populares segurariam o preço por seis meses.

Diante da crise, o então candidato à prefeitura, Dário Berger (PSDB), utilizou o tema em sua campanha política de 2004. Ele afirmava que, se fosse eleito, desvendaria a “caixa preta” do transporte público da cidade.

O descontentamento com o novo sistema de transporte coletivo ficou evidenciado nas urnas. O candidato do partido de Ângela, Chico Assis (PP), perdeu as eleições

no segundo turno. O adversário tucano foi eleito.

Em dezembro de 2004, período de férias estudantis, entrou em vigor um aumento de 6,81%, referente ao decreto de junho de 2004 da gestão de Ângela. Em 25 de maio do ano seguinte, já com Dário na prefeitura, houve novos aumentos da tarifa. Desta vez de 8,8%, referentes à diferença do reajuste efetivo de dezembro.

Repetindo o feito do ano anterior, manifestantes tomaram conta das ruas de Florianópolis. Desta vez a prefeitura contou com o apoio político do Governo Estadual, que colocou a Polícia Militar à disposição para conter os manifestantes. O mesmo não havia acontecido em 2004.

Com uma atuação enérgica, a polícia prendeu 20 manifestantes sob acusação de “distúrbio da ordem pública”. Além disso, feriu várias pessoas com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta. Pressionado pela manifestação popular que durou 17 dias, Dário Berger revogou o aumento.

Em 13 de fevereiro de 2006, a prefeitura instalou a tarifa única, de R\$ 1,75, com cartão e R\$ 2,10 para quem paga em dinheiro. Até então, Florianópolis possuía oito preços diferentes, sendo que o mais barato era de R\$ 1,05 para as linhas dos morros e o mais caro de R\$ 2,75 para o Norte e Sul da Ilha. De acordo com o Centro de Mídia Independente (CMI), empresários, na época, exigiam que o preço justo para uma tarifa única fosse de R\$ 2,40. Esse é o valor cobrado atualmente, depois de mais um aumento.

Troféu para os mais manés

Preservar a cultura açoriana é o objetivo da premiação que acontece há 20 anos

TAISE BERTOLDI

O tapeceiro e artista plástico Tirelli, que há muitos anos mora na Lagoa da Conceição, começou a receber todos os dias a visita de um simpático vira-lata, que pertencia a um vizinho seu. Tirelli acabou se afeiçoando ao cachorro e quis saber como era o seu nome. Respondeu o vizinho:

- Ônodí...

E assim Tirelli passou a chamá-lo: "Ônodí, Ônodí..."

Até que certa manhã o vizinho ouviu Tirelli pronunciar a não muito usual denominação. Ai resolveu explicar-se:

- O sô Tirelli. O "sinhori" tá chamando o bicho de Ônodí?! O que eu quis dizere é que ô-no-di nome nenhum pra ele não. Traduzindo: eu não dei.

Mesmo assim o cachorro continuou a ser chamado de Ônodí.

Encontrar autênticos manezinhos como o da história registrada no livro *Oh! Que delícia de Ilha!*, de Raul Caldas Filho, já não é tão comum. Esses representantes dos costumes da Ilha de Santa Catarina podem estar desaparecendo.

Originalmente, o manezinho era um praieiro do interior da Ilha que se mudou para o centro urbano, como explica o escritor e um dos fundadores da Associação dos Manezinhos, Chico Amante. Para ele, um dos motivos da diminuição no número dos autênticos manezinhos e dos costumes e tradições açorianas é o fato de Florianópolis ter assumido

um caráter cosmopolita, atraindo muitas pessoas de outros lugares. "Algumas delas mantêm as tradições de suas origens", explica. Outro motivo apontado pelo escritor é o surgimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que originou muitos "núcleos" e motivou mais pessoas a se mudarem para a cidade.

Antigamente, o termo manezinho era pejorativo. A partir da década de 80, com a criação do Troféu Manezinho da Ilha pelo jornalista Aldirio Simões, a denominação deixou de ser encarada como ofensa. O primeiro troféu foi dado em 1987 e, hoje, cerca de 350 pessoas já foram agraciadas. Um dos objetivos da premiação é convocar os homenageados para um comprometimento maior com a preservação da cultura açoriana.

Para Chico Amante, amigo do jornalista na época e um dos membros da comissão que elege os homenageados de cada ano, Simões fez o termo 'manezinho' virar motivo de orgulho. "Hoje, todo mundo quer ser considerado um manezinho da Ilha", brinca.

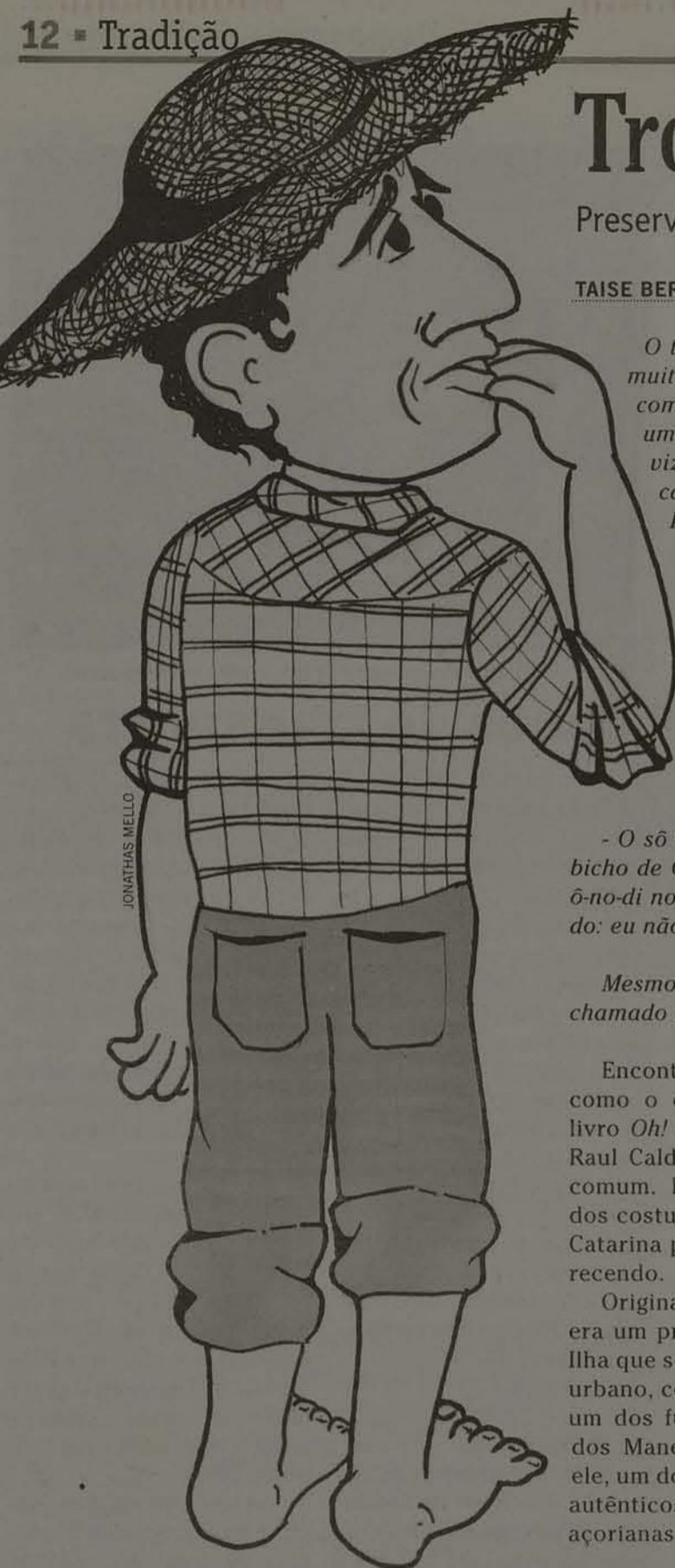
O mané-mor

Aldirio Simões nasceu em Canasvieiras, Norte da Ilha, em 1942, e dedicou muitos anos de sua vida ao resgate e preservação dos elementos e personagens da cultura açoriana. Antes de se tornar jornalista, trabalhou na pesca, na agricultura e foi balconista de tradicionais estabelecimentos de Florianópolis. Autor de seis livros, entre eles *Fala Mané* e *Pirão Nosso de Cada Dia*, o manezinho maior, como é considerado por muitos, morreu em dezembro de 2005, aos 62 anos.

“O jornalista Aldirio Simões fez o termo “manezinho” virar motivo de orgulho entre os moradores da Ilha de Santa Catarina.”

CHICO AMANTE

escritor e um dos fundadores da Associação dos Manezinhos



JONATHAS MELLO

Autênticos representantes da Ilha são homenageados no Dia do Manezinho

ARIELA DINIZ

Ser chamado de mané em qualquer outro lugar do país seria ofensivo. Mas ser manezinho da Ilha de Santa Catarina, não. Tanto que foi criado o "Dia do Manezinho", comemorado desde 2005, sempre no primeiro sábado do mês de junho. Uma das razões da escolha da data é coincidir com a época da pesca da tainha, um dos símbolos da cultura e da gastronomia dos florianopolitanos.

Na segunda edição da festa Manejada, 12 pessoas e uma entidade foram homenageadas. A entidade foi a Associação das Voluntárias da Saúde e entre os homena-

geados está um dos últimos pescadores vivos que participou da pesca da baleia, Pedro da Minerva. Também receberam o Troféu Manezinho da Ilha Jucélio José da Silveira, o Xexéu, que trabalha há 31 anos no Mercado Público; Edson Luiz Silva, conhecido como o "bruxo"; e Sérgio Pinto Vieira Filho, apresentador do programa *Em Defesa do Cidadão*, da Rede SC. O homenageado honorário foi o Mestre Calbrina, autor da música *Sou mané, istepô*.

O prato principal da Manejada foi tainha, claro. Na verdade, 600 quilos do peixe frito, assado ou grelhado.

Um dos

empresário Guilherme Paulino Souza, tem objetivos bem traçados para a festa: "Queremos transformá-la em uma festa da cidade, como a Marejada de Itajaí". Além da tainha, foram servidas outras comidas típicas como caldinho de camarão, ostras e pirão.

Cerca de mil pessoas participaram do evento e pagaram entre R\$ 50 e R\$ 70 para se sentirem autênticos manezinhos. Entre os aplausos em memória ao idealizador do dia do mané, o jornalista Aldirio Simões, as vozes dos homenageados no microfone pediam:

- Queremos nossa Ilha de



JONATHAS MELLO

Mostra revela talento e biografia de Camille

Aluna e amante de Auguste Rodin tem trabalho reconhecido em exposição que reúne 16 obras de sua autoria

BRUNA WAGNER

A mostra *Camille Claudel – a sombra de Rodin*, no Museu de Artes de Santa Catarina (MASC), convidou-nos a um (re)encontro com a artista. Escultora francesa de grande talento, já esboçava criatividade desde muito jovem. Aos 11 anos, utilizando-se de ossos, reproduzia formas com fidelidade. Vizinha de um grande conhecedor e influente nas artes, Alfred Boucher, começou a ter aulas práticas no ramo. Tinha 19 anos quando seu professor partiu para a Itália. Por isso, seu mestre passou a ser o famoso artista Auguste Rodin.

O título da exposição no MASC, museu dentro do Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis, é uma alusão à influência desse mestre sobre Camille (1864-1951). Apesar

de casado, Rodin manteve um tórrido romance durante 15 anos com a artista. Depois de tanto tempo, a genial Camille determinou que ele escolhesse ou ela ou a “angelical” esposa Beatriz. Por conta da indecisão, acabou abandonado pela amante em 1898.

A fase em que estiveram juntos é considerada a pior para a obra de Camille Claudel e o melhor período criativo para Rodin. Para o administrador do MASC, João Evangelista, a ruptura íntima e artística de Camille com o mestre é fundamental para que ela possa se expressar com maior autonomia e liberdade. As linguagens de cada um começam a tomar distância e as diferenças nas obras de ambos se acentuam. Evangelista alega que o mestre dá corpo à criatividade masculina, cujo des-

tino é a terra, suas esculturas são mais voltadas para o chão, olham para baixo. Enquanto Camille incorpora a feminilidade e a revela; além disso, seus personagens olham para o céu. Ele reproduz com a razão. Ela, com o desejo.

A iminência da loucura

Além da inquietante ausência de Rodin, Camille viu-se isolada de sua família numa sociedade carregada de preconceitos, desgostosa de grandes talentos femininos e escandalizada pelo seu amor obsessivo e extraconjugal. A ausência do irmão Paul lhe afetava extremamente. Quatro anos mais novo que Camille, Paul, exímio escritor e poeta agraciado com um Nobel de Literatura, foi também embaixador da França no Brasil. Com tantos problemas, a artista confinou-se em seu ateliê. Dizem que, governada pela insanidade, destruiu algumas obras. Já vivia entre restos de gesso e barro ressecado, sempre com as janelas fechadas, quando sua mãe e seu irmão a internaram em um hospital psiquiátrico. Tinha 49 anos. Nos 30 restantes de vida, esteve totalmente isolada para a cura de suas enfermidades psicológicas.

No MASC

Antes de chegar em Santa Catarina, a exposição foi apresentada na Pinacoteca do Estado de São Paulo. O projeto era de Emanuel Araújo e a curadora foi Reine-Marie Paris



O ABANDONO Obra retrata a personalidade apaixonada da escultora



A VALSA Feita no eixo diagonal, característica da escultora francesa

de La Chapelle, sobrinha neta de Camille, colecionadora e divulgadora de suas peças. Depois disso, a mostra tornou-se itinerante, percorrendo diversas cidades brasileiras. No Estado, as peças também visitarão Joinville.

A exposição conta com 16 obras de Camille, algumas inéditas no país, uma estátua da artista feita por Alfred Boucher e outras três peças de Rodin. Há também cartazes pendurados na parede contando a história da vida de Camille. Além disso, a produção cine-

matográfica *Camille Claudel* é exibida repetidamente em uma sala ao fundo da exposição. O filme francês de 1988 é do diretor Bruno Nuytten.

Para o administrador do MASC, a importância de Camille ainda hoje diz respeito a questões inerentes à sua arte. A ligação das obras com a preservação da natureza, a carga expressiva e virginal das peças. E acrescenta que os modelos políticos e sociais que nos regem acabaram com o humanismo, algo que se encontra nas obras da artista.

Mito da loucura marca vida de outros artistas

Camille Claudel não é a única cujo *status* da loucura motiva curiosidade em relação à sua obra. Outros artistas, como o holandês Vincent van Gogh e o norueguês Edvard Munch, famosos pelo quadro *O grito*, foram chamados de loucos.

Van Gogh (1853-1890) foi internado várias vezes. Por volta de 1888, em um hospital francês, seu diagnóstico foi de psicose grave. Tinha depressão profunda, alucinações, mania de perseguição. Declarava estar cansado e desesperado. Mas a doença, ao contrário do que se imagina, não lhe roubou a criatividade. No ano de 1890, o artista produziu mais de 300 obras. E, em 27 de julho daquele ano, com um

tiro no peito, tracejou seu pior quadro: o suicídio.

Edvard Munch (1863-1944) teve sua primeira crise nervosa em 1908. Somada ao alcoolismo, resultou na internação em uma clínica de doentes mentais na Dinamarca. Quando recebeu alta, passou a viver nos arredores de Oslo, na Noruega. Buscava um estilo de vida solitário, onde pudesse criar com sossego. No dia 23 de janeiro de 1944, Munch morreu tranquilamente em sua terra natal. Sua obra foi muito marcada por temas como a doença, a angústia e o delírio, que lhe perseguiam enquanto vivo.

O interesse que esses artistas despertam não é somente pelo objeto artístico que produ-



O GRITO O quadro é uma das obras que demonstra a angústia e a melancolia de que sofria o pintor Edvard Munch

ziram. Há também um interesse por suas biografias. O professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP), Oscar Calavia, diz que o público julga que “a loucura, ou pelo menos uma pitada, é imprescindível para um bom artista”. Para ele, a insanidade virou uma marca. “O artista louco, irreverente e escandaloso é como jeans surrado, já sai assim da fábrica, e deve até ter *workshops* para treinar isso.” Acrescenta dizendo que o sofrimento, em geral, faz “a aura de uma obra”. Apesar do grande apelo popular, Calavia acredita que o modelo está chegando ao fim por absoluto esgotamento.

O antropólogo explica o porquê da proximidade com a loucura. Os artistas que não possuíam patrocinadores encontravam-se à margem da sociedade, sem estabilidade, dependendo de um mercado incerto. “Eles usavam drogas e álcool, levavam uma vida desregrada, perigosa para a sua sanidade”, comenta.

Por volta do século XIX, segundo Calavia, a arte passa a ser vista como uma expressão da transcendência, uma herdeira da religião. Assim, o artista é considerado “um ser tocado pela chama divina, expressão de algo que não é totalmente humano. Desse modo, loucura é a premissa ou a consequência desse contato com o divino.” (BW)

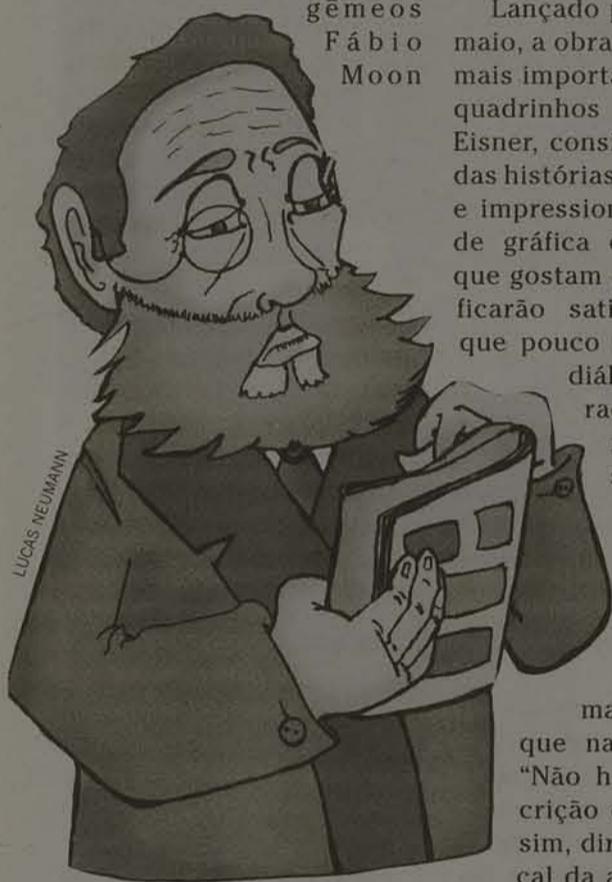
Machado como protagonista da nona arte

Obras do autor, como *O Alienista* e *A Cartomante*, são adaptadas às páginas de quadrinhos para propor nova leitura

LUCAS NEUMANN

A loucura de Simão Bacamarte, a sátira das ciências e sociedade do século XIX. Somado a isso, a genialidade do imortal Machado de Assis exposta em balões e quadrinhos. Essa foi a proposta dos

gêmeos
Fábio
Moon

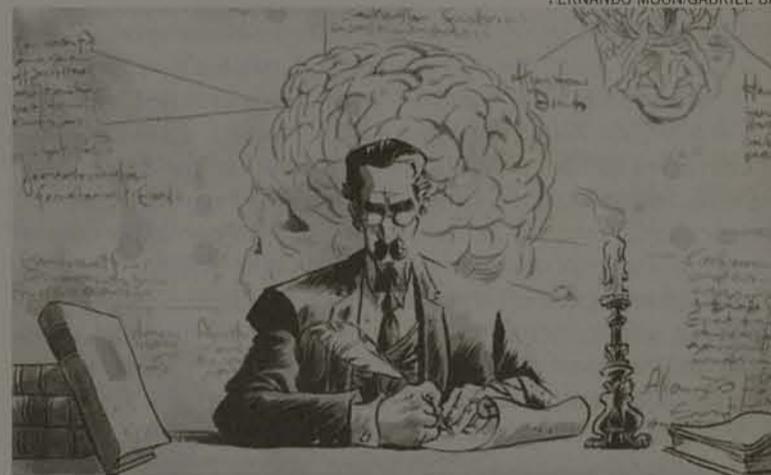


e Gabriel Ba ao lançarem a adaptação de *O Alienista* em quadrinhos. Eles conseguiram criar uma *graphic novel* que agrada tanto aos fãs da chamada nona arte quanto aos fãs do, considerado por muitos, maior escritor brasileiro de todos os tempos.

Lançado pela Ediouro em maio, a obra já concorreu ao mais importante prêmio dos quadrinhos estrangeiros, o Eisner, considerado o Oscar das histórias em quadrinhos, e impressiona pela qualidade gráfica e narrativa. Os que gostam do livro original ficarão satisfeitos ao ver que pouco do roteiro e os diálogos foram alterados. Mas algumas mudanças são necessárias. Por exemplo: na adaptação dos irmãos, alguns personagens e cenários ganharam mais destaque do que na obra original. “Não havia muita descrição de cenários, assim, direcionamos o local da ação para onde

fosse mais dramático. Personagens da multidão, sem nome, que falavam alguma coisa importante acabaram se mesclando a personagens que apareceriam em outra situação, como o Barbeiro Porfírio, que no conto aparece bem menos do que na adaptação”, explica Moon. Para o desenhista, na *grafic novel*, ele ganha toda a pompa e importância de vilão da trama, de antagonista do doutor Bacamarte. Todas as decisões tomadas visaram manter o ritmo da história e preservar ao máximo a “alma Machadiana”.

Essa não é a primeira vez que uma obra de Machado de Assis ganha as páginas dos quadrinhos. A editora Escala Educacional já publicou 12 títulos dos mais famosos autores clássicos brasileiros no formato de gibis, entre eles outro conto de Assis, *A Cartomante*. Os desenhos e a adaptação, entretanto, não são tão fiéis e bem trabalhados como em *O Alienista*. Conforme descreve a editora Escala, a coleção *Literatura Brasileira em Quadrinhos* busca atrair aos jovens com uma linguagem mais próxima



O ALIENISTA O estudo profundo de Simão Bacamarte o leva à loucura

à cultura deles e incentivá-los a buscar os clássicos originais. Segundo a editora, a coletânea de quadrinhos é adotada em vários colégios em todo Brasil.

O professor da UFSC e pesquisador no assunto de adaptações de obras literárias em quadrinhos, Mário Coelho, adverte que, embora as *grafic novels* sejam de qualidade e fiéis ao roteiro original, elas não substituem o livro e não são garantia de que o leitor procure o original. “Embora os quadrinhos possuam o poder de síntese e ofereçam a leitura gráfica, nas adaptações perde-se muito da reflexão original do

escritor para dar lugar aos personagens e cenários”, explica Coelho.

Mesmo que a versão de clássicos em quadrinhos não traga todo o conteúdo do original, é um meio para as histórias e contos brasileiros chegarem a todo tipo de público, e não só o juvenil. O sucesso dos irmãos quadrinistas e a aceitação da coletânea nas escolas demonstra que os gibis têm um público amplo. Além de incentivarem novos artistas a procurar os clássicos para recontar o que os grandes autores da Literatura Brasileira nos oferece.

Estudante da UDESC tem seu quadrinho lançado nos Estados Unidos neste ano

A jovem Lisa sofre com a solidão de um apartamento sem amigos e família. Quando pede por socorro, a primeira a lhe responder é a morte. Com essa premissa, a catarinense Fernanda Chiella estréia na indústria dos quadrinhos norte-americanos com a *graphic novel* *In Her Darkest Hour*.

Previsto para lançar em agosto, *In Her Darkest Hour* será publicado pela Shadow Line, editora subsidiária da Image Comics, uma das maiores empresas de gibis do mundo. Mas como a grande editora norte-americana soube do trabalho da moradora de São José, sendo que Fernanda nunca publicou seus quadrinhos profissionalmente?

A resposta é: pela internet. Originalmente, *In Her Darkest Hour* foi um trabalho desenvolvido em 2005 para a disciplina de Histórias em Quadrinhos, do curso de De-

sign da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com a intenção de compartilhar as suas histórias, Fernanda publicou desenhos e quadrinhos em comunidades de artistas gráficos, como a deviantart.com - o que influenciou bastante no roteiro e nas escolhas de título e personagens. “Eu escolhi os nomes dos meus personagens, Lisa e Joshua, pensando no público internacional mesmo, como uma forma de interessar mais leitores. Já o título é inspirado em uma música do Megadeth”, explica Chiella. E foi em uma dessas comunidades para artistas, no comicspace.com, que outro quadrinista que trabalha para a Shadow Line descobriu a história de Lisa e aconselhou o seu editor, Jim Valentino, a publicar o trabalho da brasileira.

O que mais chama atenção em *In Her Darkest Hour* são as expressões faciais

dos personagens - cuidadosamente trabalhadas - e que passam perfeitamente para o leitor o clima pesado da situação em que a história se passa. “Eu vejo os meus personagens como atores obrigados a transparecer as suas emoções, por isso foco muito nas expressões deles”, conta Fernanda.

No momento, Fernanda não tem projetos para novas histórias. Ela cursa Design na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e tem como meta atual aprimorar os seus desenhos e trabalhar no Estúdio Seqüencial, agência de design que montou com seus amigos, ou como gosta de definir “um bando de gente que juntou as mesas para desenhar juntos”. As possibilidades de *In Her Darkest Hour* ser publicado no país é pequena, já que ainda nem há planos para uma versão brasileira da história. (J.N.)



FERNANDA CHIELLA



IN HER DARKEST HOUR Os traços da jovem artista nas páginas do gibi

Das páginas dos gibis para a tela do cinema

Hollywood é a saída dos Super-Heróis para salvar crise que os quadrinhos enfrentam desde metade da década de 90

LUCAS NEUMANN

Trezentos espartanos conseguem trazer à Hollywood não só a glória de uma luta pela liberdade, como também a quantia de U\$360 milhões. O filme "300", baseado nos quadrinhos homônimos do famoso quadrinista Frank Miller, é o mais novo longa-metragem da moda que tomou conta da indústria cinematográfica norte-americana: a adaptação dos heróis dos gibis para as telas do cinema.

Os super-heróis norte-americanos sempre foram tema para filmes. Nas décadas de 70 e 80, os longa-metragens *Superman* e *Batman* alcançavam boas bilheteiras e rendiam críticas positivas. A partir de 2000, as adaptações das histórias em quadrinhos se tornaram comuns na programação dos cinemas.

As novas tecnologias em efeitos especiais e as possibilidades quase infinitas de animação em computador incentivaram a produção dos filmes. Em *Homem-Aranha* (2002), por exemplo, o ator foi substituído por um modelo completamente virtual para as cenas de ação



que mostram o aracnídeo pendurado por suas teias nos prédios de Nova Iorque.

Embora a computação gráfica seja capaz de reproduzir os heróis e suas habilidades sobre-humanas, a necessidade dos estúdios em quadrinhos em re-popularizar seus personagens é um motivo muito mais pertinente. Na metade dos anos 90, a então forte indústria dos quadrinhos norte-americana, liderada pelos estúdios Marvel e DC, sofreu uma brutal queda de vendas. Entre as principais razões apontadas, estão o distanciamento das histórias do

seu público alvo, a inconstância dos roteiros – que torna difícil o acompanhamento do enredo – e a popularização dos quadrinhos japoneses.

Os estúdios apostam na revitalização das vendas e no reconhecimento de seus personagens por meio de cenas de

ação fantásticas e os heróis encarnados por atores famosos nas telonas. Só a Marvel, nos últimos seis anos, teve oito de seus heróis estrelando nas telas, desde os populares Homem-Aranha, X-Men e o Quarteto Fantástico, até os menos conhecidos Demolidor, Electra e o Motoqueiro Fantasma.

Com lucros consideráveis, todos os filmes baseados em quadrinhos conseguiram posições de destaque durante as semanas de exibição. Os de maior produção e apelo comercial, como os longas Homem-Aranha 1 e 2, figuraram em primeiro lugar nas bilheteiras mundiais durante várias semanas. Apesar da alta arrecadação, as produções baseadas nos quadrinhos nem sempre são bem recebidas pela crítica especializada. Alegando inexperiência dos diretores, roteiros mal adaptados e atuações ruins, muitos críticos repudiam a onda dos filmes de super-heróis. Até mesmo o diretor de Hulk, Ang Lee, e a protagonis-

ta de Mulher-Gato, Halle Berry, ambos vencedores do Oscar, não foram perdoados por seus trabalhos, e receberam pesadas críticas.

Os filmes de super-heróis contam ainda com a depreciação por parte de fãs dos quadrinhos, que vêem com desdém algumas adaptações da história original para o cinema. Até pequenas mudanças, como os lançadores de teias do Homem-Aranha, que nos quadrinhos eram feitos artificialmente e nos filmes são produzidos pelo próprio Herói - organicamente -, causam o descontentamento dos fãs.

Mesmo com as críticas e a rejeição dos aficionados dos quadrinhos originais, o gênero de filmes de super-heróis está mais forte do que nunca. Com roteiros preocupados em agradar tanto adultos como crianças, os filmes mantêm vivos os tradicionais heróis de colante, até aqueles criados há mais de 50 anos. Apesar disso, o sucesso, por enquanto, só é reconhecido nas versões em vídeo, porque as vendas de revistas em quadrinhos nos Estados Unidos ainda não mostraram sinais de recuperação.

A Favela do Siri na parede do Iguatemangue

Protestos em frente ao shopping Iguatemi marcam o Dia do Meio Ambiente em Florianópolis, comemorado em 5 de junho

VERA MARIA FLESCHE

No Dia do Meio Ambiente, cidadãos se reúnem no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e se preparam para mais uma manifestação. O grupo de maracatu *Arrasta Ilha* arrasta estudantes, professores, curiosos e marca o ritmo da caminhada, *tum-tum, tactactac, tum-tum-tum*. O grupo segue a pé e de bicicleta. Em frente ao shopping Iguatemi, professores da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) esperam por eles e aplaudem a chegada do reforço.

A Polícia Militar orienta os mais velhos e os jovens líderes. Grandes faixas são exibidas no meio da rua quando o sinal fecha e levadas para a calçada quando a luz fica verde. Nos cartazes, o pedido é para não destruir a natureza, não contribuir para o aquecimento global e não comprar no shopping do bairro Santa Mônica, que está em cima do mangue do Itacorubi. Também há questionamentos: "Shopping

invadir o mangue não é crime?". E mais protestos: "Este xópin não é legal", "Punição aos criminosos ambientais", e por aí vai.

Tum, tum, tum, o tom grave dos tambores ressoa forte. Além da batida, a turma do maracatu preparou os versos. "Ilha da magia, ela é do povo, não é da burguesia". A morena roda a saia e mostra tudo o que a brasileira tem, o policial quase se distrai. "Iguatemi, Iguatemi, teu lugar não é aqui", continua o *Arrasta Ilha* no ritmo de cinco alfaías, duas caixas, dois mineros, um abê, um gonguê, mais apitos, aparatos e narizes vermelhos. Sobrou nariz de palhaço e ele vai para a foto do prefeito Dário Berger, pendurada no poste. "Ô Dário, almofadinha, dois e quarenta é o quilo da tainha", é o refrão dos que não estão nada satisfeitos com mais um aumento na tarifa de ônibus.

O jornal *Tapete Verde*, do Movimento em Defesa de Florianópolis, é distribuído; tem gente que rejeita, tem gente que aceita. Uma aluna de Biologia carre-

ga uma cruz branca. "A cruz é pro mangue, porque mataram o mangue", explica. *Tum-tum-tum, tactactac, tum-tum*. O sinal fecha e a rapaziada faz trenzinho no meio dos veículos. Caixa de papelão serve de agasalho e suporte para as frases de protesto: "Consuma sem consumir o mundo em que você vive", "Nós também somos VIP, Viemos do Interior do Pântano". Será que esse aí é o jacaré-do-papo-amarelo?

A organização trouxe microfone. Uma representante do Movimento Passe Livre pede para o prefeito deixar de se esconder atrás da polícia e avisa que "se não tem governo, o povo vai governar". O professor de Arquitetura da UFSC Lino Peres brada que "no mínimo" o lucro do shopping deveria ser taxado. "O certo era demolir, e com ele demolir esse consumismo desenfreado!", sugere. O Mauri do Itacorubi pede punição para a família Amin, pois "foi na gestão deles que tudo começou".

Servidores municipais manifestam solidariedade "aos traba-



NA FAIXA O pedido é para não comprar em cima do manguezal

lhadores pobres que têm de sair de suas casas porque moram em área de proteção, enquanto os ricos...", em alusão aos moradores da Favela do Siri, pressionados pela prefeitura a deixar o local para não "atrapalhar" o visual do Parque das Dunas, novo projeto do empresário Fernando Marcondes de Mattos. "Dário e Luiz Henrique, os dois juntos só dá trambique", conclui o portavoz dos servidores.

Já é noite, o batuque diminui

e o pessoal que está na passarela da Avenida Beira-Mar projeta na parede do shopping pontos de interrogação e pergunta de novo: "Cadê o mangue que estava aqui?". Também aparece um recado para o empresário do Parque das Dunas: "Viva o povo da Favela do Siri". Depois de muitas tentativas, os manifestantes conseguem projetar a polêmica entrevista que o governador Luiz Henrique deu para a TVBV, aquela que está no YouTube.

Exageros de mídia mancham Florianópolis

Desorganizadas e em grande quantidade, propagandas confundem os olhos dos consumidores e espantam os turistas

FOTOS: JONATHAS MELLO

JONATHAS MELLO

Na selva, a lei é a do mais forte, já em Florianópolis a vez é do mais chamativo. As propagandas em espaços públicos estão cada vez maiores, mais coloridas e abundantes. Caminha-se entre imperativos, “beba”, “compre”, “use” e até “seja”, sem notar o universo de influências que cercam e encurralam os possíveis consumidores. “A mídia exterior é apenas uma das diversas modalidades de publicidade, mas é a que atinge o maior número de pessoas e a preferida pelos anunciantes”, diz Suelis Dutra, diretora de mídia da agência de publicidade Quadra.

De janeiro a março deste ano, foram licenciados 893 novos locais de propaganda pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), órgão que regula a publicidade exterior na capital. Para estar de acordo com a Lei Municipal número 4.289, Art. 21, *frontlights* e *backlights* (painéis iluminados de grande formato) devem estar a pelo menos 300 metros de distância de outra forma de propaganda. Para *outdoors*, o máximo permitido são três juntos, que devem estar a pelo menos 100 metros de outra grande mídia. A brecha da lei é que, estando em terreno próprio, a empresa pode usar qualquer formato de publicidade e desconsiderar as regras delimitadoras, o que resulta em seqüências de placas desorganizadas nas ruas comerciais.

Para turistas como Nicolas Mancini, de São Paulo, o excesso de propagandas também chama atenção. “Os visitantes vêm de longe, atraídos por incríveis fotos nas revistas de turismo e chegam aqui em busca de belezas naturais e paz. Para sua decepção encontram uma paisagem contaminada pela poluição visual. Como São Paulo está derrubando os *outdoors*, os moradores de Florianópolis podem tirar férias dos seus indo para a capital paulista.”

Alerta

O crescimento econômico e populacional em Florianópolis traz excessos em vários aspectos, inclusive no mercado publicitário, que se apropria do espaço público para promover bens de consumo. “Se as leis não forem constantemente revistas e a fiscalização não for reforçada, em breve estaremos diante de uma cidade-propaganda que perde sua identidade e cultura pelo excesso de informação visual e apelo ao consumo. Estamos caminhando para isso, já que nossas leis possuem falhas e, mesmo que fossem corretas, não são cumpridas”, alerta Lino Peres, professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Poluição visual é o exagero, a má conservação dos anúncios e a falta de planejamento. Mas creio que nossa cidade não vai pelo caminho de São Paulo. Sempre tivemos a preocupação de promover uma cidade turística, bonita e agradável, com o apoio de uma lei que nem existia em grandes cidades.”

ANÍZIO FRITZEN

chefe do Departamento de Serviços Públicos da SUSP



EXCESSO Bairros que se tornaram comerciais subitamente tendem a ser mais desorganizados, tentando chamar a atenção dos consumidores de qualquer forma, seja pelo tamanho ou pelo excesso. É o caso da Avenida Madre Benvenuta (acima), que em apenas dois anos recebeu 34 novos estabelecimentos comerciais além do Shopping Iguatemi



INFRAÇÃO Lei Municipal número 4.289, Art. 21, § 1º: Outdoors serão instalados em blocos de no máximo três por face